Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 10

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 11

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 24

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 25

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 26

Demonstração de Valor Adicionado 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 123

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 126

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 127

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	225.137.769
Preferenciais	0
Total	225.137.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	5.557.156	6.271.865	5.215.525
1.01	Ativo Circulante	485.679	352.097	371.547
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.865	66.726	82.668
1.01.03	Contas a Receber	29.645	27.007	4.950
1.01.03.01	Clientes	29.645	27.007	4.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.160	6.672	4.199
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.160	6.672	4.199
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.512	3.331	1.295
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	6.648	3.341	2.904
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	333.009	251.692	279.730
1.01.08.03	Outros	333.009	251.692	279.730
1.01.08.03.01	Dividendo e juros sobre capital próprio	327.157	240.411	251.154
1.01.08.03.02	Derivativos	0	0	508
1.01.08.03.03	Outros Créditos	5.852	11.281	28.068
1.02	Ativo Não Circulante	5.071.477	5.919.768	4.843.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	68.497	36.778	97.390
1.02.01.04	Contas a Receber	0	26.923	28.214
1.02.01.04.01	Clientes	0	26.923	28.214
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	8.178	9.702	69.175
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	8.178	9.702	69.175
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	60.319	153	1
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	1	1	1
1.02.01.10.04	Derivativos	59.161	0	0
1.02.01.10.07	Créditos Fiscais Diferidos	582	0	0
1.02.01.10.08	Outros ativos	575	152	0
1.02.02	Investimentos	4.999.612	5.877.631	4.738.295
1.02.02.01	Participações Societárias	4.999.612	5.877.631	4.738.295
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.999.612	5.877.631	4.738.295

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03	Imobilizado	1.389	1.210	1.221
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	392	61	72
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	997	1.149	1.149
1.02.04	Intangível	1.979	4.149	7.072
1.02.04.01	Intangíveis	1.979	4.149	7.072
1.02.04.01.02	Intangível	1.979	4.149	7.072

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	5.557.156	6.271.865	5.215.525
2.01	Passivo Circulante	815.603	1.156.627	289.760
2.01.02	Fornecedores	39.763	10.768	6.370
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.763	10.768	6.370
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.428	2.436	1.121
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.428	2.436	1.121
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	4.428	2.436	1.121
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	470.176	716.314	277.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	466.569	437.003	1.121
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	466.569	437.003	1.121
2.01.04.02	Debêntures	3.607	279.311	276.868
2.01.04.02.01	Debêntures	3.607	279.311	276.868
2.01.05	Outras Obrigações	301.236	427.109	4.280
2.01.05.02	Outros	301.236	427.109	4.280
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	292.840	375.207	0
2.01.05.02.05	Adiantamentos	3.810	1.856	382
2.01.05.02.06	Derivativos	0	45.478	990
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	988	1.040	797
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	3.598	3.528	2.111
2.02	Passivo Não Circulante	521.025	1.070.985	718.168
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	520.404	822.121	706.140
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	378.541	434.984
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	378.541	434.984
2.02.01.02	Debêntures	520.404	443.580	271.156
2.02.02	Outras Obrigações	621	25.102	9.104
2.02.02.02	Outros	621	25.102	9.104
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	124	97	53
2.02.02.02.04	Outros contas a Pagar	409	328	153

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.05	Derivativos	0	23.455	6.543
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	1.017	2.033
2.02.02.02.07	Adiantamentos	88	205	322
2.02.03	Tributos Diferidos	0	223.762	2.908
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	223.762	2.908
2.02.04	Provisões	0	0	16
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	16
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0	16
2.03	Patrimônio Líquido	4.220.528	4.044.253	4.207.597
2.03.01	Capital Social Realizado	1.322.783	2.022.783	2.022.782
2.03.02	Reservas de Capital	106.096	105.802	105.411
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	-74.357	-74.651	-75.042
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	180.453	180.453	180.453
2.03.04	Reservas de Lucros	2.693.432	1.805.131	1.958.439
2.03.04.01	Reserva Legal	337.143	337.143	234.994
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	455.464	663.116	157.852
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.039.268	0	1.170.400
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	861.557	804.872	395.193
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	98.217	110.537	120.965
2.03.08.01	Resultados Abrangentes Acumulados	98.217	110.537	120.965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.382	258.587	108.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-63.597	-86.308	-69.245
3.02.01	Custo com energia elétrica	-53.010	-73.512	-59.526
3.02.02	Custo de operação	-10.587	-12.796	-9.719
3.03	Resultado Bruto	235.785	172.279	38.974
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.092.796	2.013.041	1.187.986
3.04.01	Despesas com Vendas	30	-63	1
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.392	-14.973	-11.664
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-27.978	669.984	-39
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.138.136	1.358.093	1.199.688
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.328.581	2.185.320	1.226.960
3.06	Resultado Financeiro	-155.033	-139.691	133
3.06.01	Receitas Financeiras	34.445	25.739	47.789
3.06.02	Despesas Financeiras	-189.478	-165.430	-47.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.173.548	2.045.629	1.227.093
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.190	-2.651	-9.580
3.08.01	Corrente	-1.074	-9.602	-5.752
3.08.02	Diferido	-1.116	6.951	-3.828
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.171.358	2.042.978	1.217.513
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.171.358	2.042.978	1.217.513

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.171.358	2.042.978	1.217.513
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.212	3.288	1.471
4.02.01	Ganhos atuariais	1.212	3.288	1.621
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	-150
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.172.570	2.046.266	1.218.984

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.151.011	1.341.913	1.189.473
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	217.347	167.171	42.544
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	1.271	3.592	1.778
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	0	7	16
6.01.01.03	Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-38	63	0
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	180.702	145.906	13.345
6.01.01.05	Perda (Ganho) com Plano de Pensão	0	85	0
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.138.136	-1.358.094	-1.199.688
6.01.01.09	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	1.173.548	2.045.628	1.227.093
6.01.01.10	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	0	-670.016	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	933.664	1.174.742	1.146.929
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	24.324	-20.829	5.219
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	940.212	1.250.260	1.195.365
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-3.135	1.530	2.587
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	5.957	16.004	-19.132
6.01.02.06	Fornecedores	27.978	3.381	2.097
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-9.981	-12.933	-7.033
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-33	-36	491
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	27	-41	41
6.01.02.10	Encargos de dívidas e debentures pagos	-53.623	-65.786	-32.250
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	1.938	3.192	-456
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	767.483	-56.705	176.677
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	0	-83.300	0
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	-232	0	-1.227
6.02.06	Adições de Intangível - outros	0	-28	-209
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-252.100	-228.100
6.02.11	Redução (Aumento) de capital em controladas em conjunto e por não controladores	765.244	266.606	0
6.02.12	Operações de mútuo com controladas e coligadas	2.471	62.581	406.213

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.13	Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	0	-50.464	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.879.355	-1.301.151	-2.188.391
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	867.181	440.000
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-688.859	-271.242	-774.038
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-375.207	-1.833.444	-1.861.607
6.03.06	Liquidação de operações com derivativos	-115.289	-63.646	7.254
6.03.07	Aumento (redução) de capital	-700.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.139	-15.943	-822.241
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.726	82.669	904.910
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.865	66.726	82.669

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-700.000	294	1.039.268	-1.335.857	0	-996.295
5.04.01	Aumentos de Capital	-700.000	0	0	0	0	-700.000
5.04.06	Dividendos	0	0	1.039.268	-1.310.857	0	-271.589
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.000	0	-25.000
5.04.09	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	294	0	0	0	294
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.171.358	1.212	1.172.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.171.358	0	1.171.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.212	1.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.968	164.499	-13.531	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.685	-56.685	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-207.653	207.653	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	13.531	-13.531	0
5.07	Saldos Finais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.218	4.220.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.601	0	-2.209.610
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.044	0	-553.044
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	3.288	2.046.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.288	3.288
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.093	-1.003.377	-13.716	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.138	-1.570.138	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.087.000	-1.088.204	1.170.400	-2.739.067	0	-1.569.872
5.04.01	Aumentos de Capital	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.170.400	-2.739.067	0	-1.568.667
5.04.08	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	-1.204	0	0	0	-1.205
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.217.513	1.471	1.218.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.217.513	0	1.217.513
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.471	1.471
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	1.620	1.620
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes: riscos de créditos na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-149	-149
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.507.793	1.521.554	-13.762	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.875	-60.875	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.762	-13.762	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-1.568.668	1.568.667	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	330.673	285.512	121.011
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	330.497	285.546	119.702
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	138	29	1.308
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	38	-63	1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-93.651	582.409	-73.519
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-58.409	-81.005	-65.510
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.733	-6.880	-7.196
7.02.04	Outros	-28.509	670.294	-813
7.03	Valor Adicionado Bruto	237.022	867.921	47.492
7.04	Retenções	42.110	-3.593	-1.778
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	42.110	-3.593	-1.778
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	279.132	864.328	45.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.130.879	1.385.064	1.249.154
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.094.754	1.358.093	1.199.688
7.06.02	Receitas Financeiras	36.125	26.971	49.466
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.410.011	2.249.392	1.294.868
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.410.011	2.249.392	1.294.868
7.08.01	Pessoal	15.499	13.697	10.123
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.863	10.430	8.051
7.08.01.02	Benefícios	4.063	2.689	1.651
7.08.01.03	F.G.T.S.	573	578	421
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.538	26.138	18.828
7.08.02.01	Federais	31.978	25.592	18.360
7.08.02.03	Municipais	560	546	468
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	190.616	166.580	48.404
7.08.03.01	Juros	189.430	165.420	47.650
7.08.03.02	Aluguéis	1.186	1.160	754
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.171.358	2.042.977	1.217.513

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	25.000	9.000	0
7.08.04.02	Dividendos	1.310.858	477.557	1.170.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-164.500	1.556.420	47.113

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	16.762.376	17.494.091	14.881.272
1.01	Ativo Circulante	2.305.355	2.158.018	1.737.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	856.925	801.084	343.114
1.01.02	Aplicações Financeiras	238.746	208.886	474.169
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	238.746	208.886	474.169
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	238.746	208.886	474.169
1.01.03	Contas a Receber	786.725	761.446	471.045
1.01.03.01	Clientes	786.725	761.446	471.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	131.654	100.248	100.868
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	131.654	100.248	100.868
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	291.305	286.354	348.579
1.01.08.03	Outros	291.305	286.354	348.579
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital propio	7.517	1.515	133.623
1.01.08.03.02	Derivativos	0	0	508
1.01.08.03.04	Outros	193.375	196.767	156.927
1.01.08.03.05	Ativo contratual	90.413	88.072	57.521
1.02	Ativo Não Circulante	14.457.021	15.336.073	13.143.497
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.806.897	1.653.056	1.092.733
1.02.01.04	Contas a Receber	9.393	38.379	48.255
1.02.01.04.01	Clientes	9.393	38.379	48.255
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.797.504	1.614.677	1.044.478
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	117.498	108.736	17.985
1.02.01.10.04	Tributos a compensar	86.075	108.232	121.683
1.02.01.10.05	Derivativos	64.871	15.908	32.724
1.02.01.10.06	Créditos Fiscais diferidos	261.353	197.115	132.444
1.02.01.10.07	Outros	198.423	151.228	108.413
1.02.01.10.09	Ativo contratual	1.069.284	1.033.458	631.229
1.02.02	Investimentos	472.008	576.812	1.186.894

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.02.01	Participações Societárias	472.008	576.812	1.186.894
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	472.008	576.812	1.186.894
1.02.03	Imobilizado	9.548.803	10.145.475	8.372.797
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.662.786	9.649.356	8.096.665
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	886.017	496.119	276.132
1.02.04	Intangível	2.629.313	2.960.730	2.491.073
1.02.04.01	Intangíveis	2.629.313	2.960.730	2.491.073
1.02.04.01.02	intangíveis	2.629.313	2.960.730	2.491.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	16.762.376	17.494.091	14.881.272
2.01	Passivo Circulante	5.815.575	3.160.858	2.451.604
2.01.02	Fornecedores	322.401	248.624	290.661
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	322.401	248.624	290.661
2.01.03	Obrigações Fiscais	494.088	425.258	201.066
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	494.088	425.258	201.066
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	432.826	362.792	154.691
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	61.262	62.466	46.375
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	867.574	1.070.050	1.321.275
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	863.141	626.184	127.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	532.191	80.171	125.178
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	330.950	546.013	2.228
2.01.04.02	Debêntures	4.433	443.866	1.193.869
2.01.04.02.02	Debêntures	4.433	443.866	1.193.869
2.01.05	Outras Obrigações	4.125.406	1.411.239	636.556
2.01.05.02	Outros	4.125.406	1.411.239	636.556
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	542.560	535.186	65.272
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	8.503	9.191	7.786
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	0	27.106	23.464
2.01.05.02.06	Derivativos	19.529	45.478	990
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	16.294	15.836	13.117
2.01.05.02.08	Coligadas, controladas e controladora	2.692.138	23.541	24.787
2.01.05.02.09	Uso do bem público	24.124	23.884	16.212
2.01.05.02.10	Outros contas a Pagar	822.258	731.017	484.928
2.01.06	Provisões	6.106	5.687	2.046
2.01.06.02	Outras Provisões	6.106	5.687	2.046
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.106	5.687	2.046
2.02	Passivo Não Circulante	3.299.788	6.256.412	5.183.544

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.367.964	1.792.077	1.848.280
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	657.560	1.348.497	1.219.610
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	613.831	633.015	1.066.372
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	43.729	715.482	153.238
2.02.01.02	Debêntures	710.404	443.580	628.670
2.02.02	Outras Obrigações	489.573	2.868.889	2.417.161
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	2.355.825	2.116.304
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	2.355.825	2.116.304
2.02.02.02	Outros	489.573	513.064	300.857
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	18.767	24.804	39.949
2.02.02.02.04	Uso do bem público	171.351	184.802	141.118
2.02.02.02.05	Outros contas a Pagar	246.050	215.831	58.015
2.02.02.02.06	Derivativos	0	33.410	6.543
2.02.02.02.07	Fornecedores	46.699	47.974	49.053
2.02.02.02.08	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	949	911	874
2.02.02.02.09	Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.757	5.332	5.305
2.02.03	Tributos Diferidos	968.726	1.124.628	634.845
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	968.726	1.124.628	634.845
2.02.04	Provisões	473.525	470.818	283.258
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	308.870	332.205	130.446
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	192.379	183.992	2.137
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.533	9.460	9.423
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	107.958	138.753	118.886
2.02.04.02	Outras Provisões	164.655	138.613	152.812
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	164.655	138.613	152.812
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.647.013	8.076.821	7.246.124
2.03.01	Capital Social Realizado	1.322.783	2.022.783	2.022.783
2.03.02	Reservas de Capital	106.096	105.802	105.410

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	-74.357	-74.651	-75.043
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	180.453	180.453	180.453
2.03.04	Reservas de Lucros	2.693.432	1.805.131	1.958.439
2.03.04.01	Reserva Legal	337.143	337.143	234.994
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	455.464	663.116	157.852
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.039.268	0	1.170.400
2.03.04.10	Reserva estatutária	861.557	0	0
2.03.04.11	Reserva de capital de giro	0	804.872	395.193
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	98.216	110.537	120.965
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.426.486	4.032.568	3.038.527

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.149.638	4.765.448	4.160.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.663.988	-1.841.301	-1.806.521
3.02.01	Custo com energia elétrica	-547.754	-533.020	-509.006
3.02.02	Custo de operação	-1.046.530	-923.737	-841.813
3.02.03	Custo de construção da infraestrutura de concessão	-69.704	-384.544	-455.702
3.03	Resultado Bruto	3.485.650	2.924.147	2.353.687
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-521.966	742.749	63.730
3.04.01	Despesas com Vendas	-220	-15.123	-344
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-300.532	-214.574	-244.474
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-536.123	483.715	-210.012
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	314.909	488.731	518.560
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.963.684	3.666.896	2.417.417
3.06	Resultado Financeiro	-568.707	-623.443	-280.801
3.06.01	Receitas Financeiras	221.566	172.290	129.322
3.06.02	Despesas Financeiras	-790.273	-795.733	-410.123
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.394.977	3.043.453	2.136.616
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-498.334	-284.866	-128.195
3.08.01	Corrente	-625.206	-370.287	-357.596
3.08.02	Diferido	126.872	85.421	229.401
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.896.643	2.758.587	2.008.421
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.896.643	2.758.587	2.008.421
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.171.358	2.042.978	1.217.513
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	725.285	715.610	790.909
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,005	0,009	0,005
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,005	0,009	0,005

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.896.643	2.758.587	2.008.421
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.384	6.465	1.472
4.02.01	Ganhos atuariais	2.384	6.465	1.566
4.02.02	Risco de marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	-94
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.899.027	2.765.052	2.009.893
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.172.570	2.046.265	1.218.984
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	726.457	718.787	790.909

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.664.226	3.024.472	2.406.382
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.922.675	3.423.497	2.632.075
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	893.208	761.142	710.742
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18.464	4.965	84.619
6.01.01.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	621	15.122	352
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	688.575	715.429	342.013
6.01.01.05	Perda (Ganho) com Plano de Pensão	2.438	4.092	4.030
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-314.909	-488.731	-518.560
6.01.01.07	Perda na Baixa de não circulante	9.203	17.902	10.473
6.01.01.08	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	2.394.977	3.043.453	2.136.617
6.01.01.10	Pis e Cofins Diferidos	1.465	20.139	3.767
6.01.01.11	Outros	228.633	0	34.342
6.01.01.12	Repactuação do risco hidrológico	0	0	-176.320
6.01.01.13	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios (nota 12)Efeito de valorização a valor	0	-670.016	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-258.449	-399.025	-225.693
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4.328	-50.175	123.848
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	357.485	492.676	294.609
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-3.570	-26.129	-141.184
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-2.720	-547	-486
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	141.225	-127.988	125.347
6.01.02.06	Fornecedores	72.502	-74.301	-4.650
6.01.02.07	Impostos de Renda e Contribuições Social Pagos	-771.222	-299.430	-241.839
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-5.552	-8.907	-5.566
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	117.377	-32.193	78.133
6.01.02.10	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-118.582	-243.761	-142.365
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	42.099	-1.006	543
6.01.02.12	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-55.950	-3.864	-4.797
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	-1.759	365.687	9.210

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.14	Adições de ativo contratual em Curso	-34.110	-389.087	-316.496
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-409.855	370.607	-219.685
6.02.01	Aquisição e Integralização em participações Societárias	0	-50.464	0
6.02.02	Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	0	147.351	0
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	-441.493	-248.608	-451.744
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	-16.730	265.284	-169.963
6.02.06	Adições de Intangível - outros	-4.976	-9.562	-14.275
6.02.14	Operações de mútuo com controladas e coligadas	0	0	413.978
6.02.15	Redução de capital em controlada em conjunto	53.344	266.606	0
6.02.16	Outros	0	0	2.319
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.198.530	-2.937.108	-3.184.195
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	270.000	1.242.441	639.148
6.03.02	Amortização de principal de Empréstimos e Debêntures	-1.026.858	-1.496.487	-1.163.597
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-924.731	-2.591.155	-2.761.036
6.03.05	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	25.786	-3.456	24.009
6.03.06	Aumento (Redução) de capital	-1.392.100	0	0
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-150.627	-88.451	77.281
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.841	457.971	-997.498
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	801.084	343.114	1.340.612
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	856.925	801.085	343.114

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253	4.032.568	8.076.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253	4.032.568	8.076.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-700.000	294	1.039.268	-1.335.857	0	-996.295	-1.333.976	-2.330.271
5.04.01	Aumentos de Capital	-700.000	0	0	0	0	-700.000	-692.100	-1.392.100
5.04.06	Dividendos	0	0	1.039.268	-1.310.857	0	-271.589	0	-271.589
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.000	0	-25.000	0	-25.000
5.04.09	Ganho (Perda) de capital sem alteração no controle	0	294	0	0	0	294	325	619
5.04.11	dividendos distribuídos a não controladores	0	0	0	0	0	0	-642.201	-642.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.171.358	1.212	1.172.570	726.456	1.899.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.171.358	0	1.171.358	725.285	1.896.643
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.212	1.212	1.171	2.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.968	164.499	-13.531	0	1.438	1.438
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.685	-56.685	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-207.653	207.653	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	13.531	-13.531	0	0	0
5.06.07	Outros	0	0	0	0	0	0	1.438	1.438
5.07	Saldos Finais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.218	4.220.528	3.426.486	7.647.014

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.602	0	-2.209.611	275.254	-1.934.357
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.045	0	-553.045	0	-553.045
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391	436	827
5.04.09	Combinação de negócios	0	0	0	0	0	0	1.017.013	1.017.013
5.04.10	Dividendos distribuído Dividendos distribuído a não controladoresa não controladores	0	0	0	0	0	0	-742.195	-742.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.092	-1.003.376	-10.428	3.288	3.178	6.466
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.137	-1.570.137	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0	0	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0	0	0
5.06.05	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288	3.178	6.466
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.130	0	110.537	4.044.252	4.032.569	8.076.821

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485	3.095.492	7.653.977
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485	3.095.492	7.653.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.087.000	-1.088.204	1.170.400	-2.739.067	0	-1.569.872	-847.874	-2.417.746
5.04.01	Aumentos de Capital	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.170.400	-2.739.067	0	-1.568.667	0	-1.568.667
5.04.08	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	-1.204	0	0	0	-1.205	1.373	168
5.04.09	Dividendos distribuídos a não controladores	0	0	0	0	0	0	-850.842	-850.842
5.04.10	Outros	0	0	0	0	0	0	1.595	1.595
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.217.513	1.471	1.218.984	790.909	2.009.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.217.513	0	1.217.513	790.909	2.008.422
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.471	1.471	0	1.471
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	1.620	1.620	0	1.620
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes: riscos de créditos na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-149	-149	0	-149
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.507.793	1.521.554	-13.762	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.875	-60.875	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.761	-13.762	0	0	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-1.568.668	1.568.668	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	6.007.867	5.663.682	4.908.260
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.577.543	4.737.426	4.182.551
7.01.02	Outras Receitas	0	394.299	280.556
7.01.02.01	Receita relativa à contrução da infraestrutura de concessão	0	394.299	280.556
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	414.949	547.079	445.504
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	15.375	-15.122	-351
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.834.353	-1.191.838	-1.853.908
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-575.399	-560.817	-543.920
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.102.025	-1.191.391	-1.144.998
7.02.04	Outros	-156.929	560.370	-164.990
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.173.514	4.471.844	3.054.352
7.04	Retenções	-893.208	-764.338	-714.643
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-893.208	-764.338	-714.643
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.280.306	3.707.506	2.339.709
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	535.544	665.032	651.306
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	314.009	488.730	518.560
7.06.02	Receitas Financeiras	221.535	176.302	132.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.815.850	4.372.538	2.991.015
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.815.850	4.372.538	2.991.015
7.08.01	Pessoal	149.675	146.883	121.491
7.08.01.01	Remuneração Direta	114.422	114.368	94.158
7.08.01.02	Benefícios	25.670	23.678	20.250
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.583	8.837	7.083
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	943.802	641.239	411.413
7.08.02.01	Federais	942.395	638.875	409.397
7.08.02.02	Estaduais	805	1.602	1.518
7.08.02.03	Municipais	602	762	498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	825.730	825.829	449.690

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	788.396	789.065	413.028
7.08.03.02	Aluguéis	37.334	36.764	36.662
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.896.643	2.758.587	2.008.421
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	25.000	9.000	0
7.08.04.02	Dividendos	1.310.858	477.557	2.062.722
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	560.785	2.272.030	-54.301

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Geração é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias, sendo a *holding* dos ativos de geração do grupo CPFL Energia, com participações em grandes empreendimentos hidrelétricos e duas usinas térmicas, além de deter 50,85% da CPFL Renováveis (em conjunto com a CPFL Energia, detêm 100%).

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

O ano de 2023 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2022. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 95,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,2%, mas apesar do melhor desempenho dos ventos, as condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano. O cenário hidrológico favoreceu as nossas UHEs e PCHs, resultando em um aumento de 60,8% e 33,0% na vazão, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.371 MW, compreendendo 8 usinas hidrelétricas (1.996 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 7 usinas termelétricas a biomassa (330 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção, a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para o 4T24.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R$ 5.614 milhões em 2023, representando um aumento de 9,6% (R$ 483 milhões). As deduções da receita operacional foram de R$ 464 milhões em 2023, representando um aumento de 26,9% (R$ 99 milhões).

A receita operacional líquida foi de R$ 5.150 milhões em 2023, representando um aumento de 8,1% (R$ 384 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): O EBITDA, foi de R$ 3.857 milhões em 2023, representando uma redução de 12,9% (R$ 571 milhões), devido às seguintes variações:

(i) aumento de R$ 1.097 no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), devido principalmente ao ganho de R$ 670 milhões em outros custos/despesas operacionais referentes a remensuração de Enercan a valor justo em 2022, e o efeito negativo de R$ 334 milhões em 2023, referente a nova avaliação do valor contábil de ativos da Companhia, esses dois impactos são contabilizados dentro de outros custos operacionais. O restante da variação do PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 48,8% (R$ 16 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 23,3% (R$ 56 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 7,2% (R$ 20 milhões) em outros custos operacionais;
- ✓ Redução de 0,9% (R$ 1,5 milhão) nas despesas com pessoal e entidade de previdência privada.

Também contribuíram para a redução do EBITDA a redução de 35,6% (R$ 174 milhões) na equivalência patrimonial. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 8,1% (R$ 384 milhões) na receita operacional líquida, pela redução de 81,9% (R$ 315 milhões) nos custos com construção de infraestrutura.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2023	2022
Lucro Líquido	**1.896.643**	**2.758.587**
Depreciação e Amortização	893.208	761.141
Amortização Mais Valia de Ativos	577	579
Resultado Financeiro	568.707	623.443
Contribuição Social	138.583	82.485
Imposto de Renda	359.751	202.381
EBITDA*	**3.857.469**	**4.428.618**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R$ 1.897 milhões em 2023, representando uma redução de 31,2% (R$ 862 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) redução de 12,9% (R$ 571 milhões) no EBITDA, (ii) aumento de 74,9% (R$ 213 milhões) no imposto de renda e contribuição social; e (iii) aumento de 17,4% (R$ 132 milhões) nas depreciações e amortizações. Estes efeitos foram parcialmente compensando pela redução de 8,8% (R$ 55 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R$ 4.882 milhões, uma redução de 8,0%.

5. Investimentos

Em 2023, foram investidos R$ 481 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e

externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Código de Conduta Ética para fornecedores", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check.*

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, em 2023 destacam-se: (i) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; e (ii) **Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional)**: realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 7 colaboradores da base ativa. Foram 14 horas treinadas.

Rede de Valor: em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de covenants financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Notas Explicativas

CPFL Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas

cpfl geração
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Sumário

Balanço patrimonial 3
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido 7
Demonstração do fluxo de caixa 9
Demonstração do valor adicionado 10
(1) CONTEXTO OPERACIONAL 11
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 15
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO 27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 28
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR 30
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS 31
(10) ATIVO CONTRATUAL 34
(11) OUTROS ATIVOS 35
(12) INVESTIMENTOS 35
(13) IMOBILIZADO 45
(14) INTANGÍVEL 47
(15) FORNECEDORES 48
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 49
(17) DEBÊNTURES 55
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA 58
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 64
(20) PROVISÕES 64
(21) USO DO BEM PÚBLICO 67
(22) ADIANTAMENTOS 68
(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR 68
(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 69
(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 71
(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA 72
(28) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 73
(29) RESULTADO FINANCEIRO 74
(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 74
(31) SEGUROS 77
(32) GESTÃO DE RISCOS 77
(33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS 80
(34) COMPROMISSOS 86

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	105.865	66.726	856.925	801.084
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	238.746	208.886
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	29.645	27.007	786.725	761.446
Dividendos	12	327.157	240.411	7.517	1.515
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	10.512	3.331	38.333	21.216
Outros tributos a compensar	8	6.648	3.341	93.321	79.032
Ativo contratual	10	-	-	90.413	88.072
Outros ativos	11	5.852	11.281	193.374	196.767
Total do circulante		**485.679**	**352.097**	**2.305.354**	**2.158.018**
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	26.923	9.393	38.379
Coligadas, controladas e controladora	30	8.178	9.702	-	-
Depósitos judiciais	20	1	1	117.498	108.736
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	80.667	100.631
Outros tributos a compensar	8	-	-	5.408	7.601
Derivativos	33	59.161	-	64.871	15.908
Créditos fiscais diferidos	9	582	-	261.353	197.115
Outros ativos	11	575	153	198.423	151.228
Investimentos	12	4.999.612	5.877.631	472.008	576.812
Imobilizado	13	1.389	1.209	9.548.803	10.145.475
Ativo contratual	10	-	-	1.069.284	1.033.458
Intangível	14	1.979	4.149	2.629.313	2.960.730
Total do não circulante		**5.071.477**	**5.919.768**	**14.457.021**	**15.336.073**
Total do ativo		**5.557.156**	**6.271.865**	**16.762.375**	**17.494.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	39.763	10.768	322.401	248.624
Empréstimos e financiamentos	16	466.569	437.003	863.141	626.184
Debêntures	17	3.607	279.311	4.433	443.866
Entidade de previdência privada	18	-	-	8.503	9.191
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	432.826	362.792
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	4.428	2.436	61.262	62.466
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	30	-	-	2.692.138	23.541
Dividendos e juros sobre capital próprio		292.840	375.207	542.560	535.186
Obrigações estimadas com pessoal		988	1.040	16.294	15.836
Provisões	20	-	-	6.106	5.687
Derivativos	33	-	45.478	19.529	45.478
Uso do bem público	21	-	-	24.124	23.884
Adiantamentos	22	3.810	1.856	655.557	633.482
Outras contas a pagar	23	3.599	3.528	166.700	124.640
Total do circulante		**815.604**	**1.156.628**	**5.815.574**	**3.160.858**
Não circulante					
Fornecedores	15	-	1.017	46.699	47.974
Empréstimos e financiamentos	16	-	378.541	657.560	1.348.497
Debêntures	17	520.404	443.580	710.404	443.580
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	30	-	-	-	2.355.825
Entidade de previdência privada	18	124	97	18.767	24.804
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	5.757	5.332
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	949	911
Débitos fiscais diferidos	9	-	223.762	968.726	1.124.628
Derivativos	33	-	23.455	-	33.410
Provisões	20	-	-	473.525	470.818
Uso do bem público	21	-	-	171.351	184.802
Adiantamentos	22	88	205	143.333	116.711
Outras contas a pagar	23	409	328	102.717	99.120
Total do não circulante		**521.025**	**1.070.985**	**3.299.788**	**6.256.412**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		1.322.783	2.022.783	1.322.783	2.022.783
Reserva de capital		106.096	105.802	106.096	105.802
Reserva de lucros		1.654.163	1.805.131	1.654.163	1.805.131
Dividendos		1.039.268	-	1.039.268	-
Resultado abrangente acumulado		98.217	110.537	98.217	110.537
		4.220.527	**4.044.252**	**4.220.527**	**4.044.252**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	3.426.486	4.032.568
Total do patrimônio líquido		**4.220.527**	**4.044.252**	**7.647.013**	**8.076.820**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.557.156**	**6.271.865**	**16.762.375**	**17.494.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	26	**299.382**	**258.587**	**5.149.638**	**4.765.448**
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	27	**(53.010)**	**(73.512)**	**(547.754)**	**(533.020)**
Custo com operação		**(10.587)**	**(12.796)**	**(1.046.530)**	**(923.737)**
Depreciação e amortização		-	(630)	(675.715)	(577.886)
Outros custos com operação	28	(10.587)	(12.166)	(370.815)	(345.851)
Custo com serviço de terceiros	**28**	**-**	**-**	**(69.704)**	**(384.544)**
Lucro operacional bruto		**235.785**	**172.279**	**3.485.650**	**2.924.147**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		**30**	**(63)**	**(220)**	**(15.123)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		38	(63)	(166)	(15.123)
Outras despesas com vendas	28	(8)	-	(54)	-
Despesas gerais e administrativas		**(17.392)**	**(14.973)**	**(300.532)**	**(214.574)**
Depreciação e amortização		(1.271)	(2.963)	(15.280)	(15.709)
Outras despesas gerais e administrativas	28	(16.121)	(12.010)	(285.252)	(198.865)
Outras despesas operacionais		**(27.978)**	**669.983**	**(536.123)**	**483.715**
Amortização de intangível de concessão		-	-	(202.213)	(167.547)
Outras despesas operacionais	28	(27.978)	669.983	(333.910)	651.262
Resultado do serviço		**190.445**	**827.226**	**2.648.775**	**3.178.166**
Resultado de participações societárias	12	**1.138.136**	**1.358.093**	**314.909**	**488.731**
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		34.445	25.739	221.566	172.290
Despesas financeiras		(189.478)	(165.430)	(790.273)	(795.733)
		(155.033)	**(139.691)**	**(568.707)**	**(623.443)**
Lucro antes dos tributos		**1.173.548**	**2.045.628**	**2.394.977**	**3.043.453**
Contribuição social	8	(967)	(146)	(138.583)	(82.485)
Imposto de renda	8	(1.223)	(2.505)	(359.751)	(202.381)
		(2.190)	**(2.651)**	**(498.334)**	**(284.866)**
Lucro líquido do exercício		**1.171.358**	**2.042.978**	**1.896.643**	**2.758.587**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.171.358	2.042.978	1.171.358	2.042.978
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	725.285	715.610
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - (R$)		-	-	0,005	0,009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**1.171.358**	**2.042.978**	**1.896.643**	**2.758.587**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	1.212	3.288	2.384	6.465
Resultado abrangente do exercício	**1.172.570**	**2.046.266**	**1.899.027**	**2.765.052**
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.172.570	2.046.265
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			726.457	718.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora									Consolidado	
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Perdas atuariais	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.022.783**	**105.802**	**337.143**	**1.467.988**	**-**	**134.759**	**(24.223)**	**-**	**4.044.252**	**4.032.568**	**8.076.820**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.212**	**1.171.358**	**1.172.570**	**726.456**	**1.899.026**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.171.358	1.171.358	725.285	1.896.643
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.212	-	1.212	1.171	2.383
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**(150.968)**	**-**	**(13.532)**	**-**	**164.501**	**-**	**1.438**	**1.438**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(13.532)	-	13.532	-	-	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(207.653)	-	-	-	207.653	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	56.685	-	-	-	(56.684)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.438	1.438
Transações de capital com os acionistas	**(700.000)**	**294**	**-**	**-**	**1.039.268**	**-**	**-**	**(1.335.857)**	**(996.295)**	**(1.333.976)**	**(2.330.271)**
Aumento (redução) de capital sem alteração no controle	(700.000)	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)	(692.100)	(1.392.100)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)	-	(25.000)
Aprovação de dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(271.589)	(271.589)	-	(271.589)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	1.039.268	-	-	(1.039.268)	-	-	-
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(642.201)	(642.201)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	294	-	-	-	-	-	-	294	325	619
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.322.783**	**106.096**	**337.143**	**1.317.020**	**1.039.268**	**121.227**	**(23.011)**	**-**	**4.220.527**	**3.426.486**	**7.647.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora									Consolidado	
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Perdas atuariais	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.022.783**	**105.411**	**234.994**	**553.045**	**1.170.400**	**148.476**	**(27.510)**	**-**	**4.207.597**	**3.038.527**	**7.246.124**
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	3.288	2.042.978	2.046.265	718.787	2.765.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.042.978	2.042.978	715.610	2.758.587
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	3.288	-	3.288	3.178	6.465
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	102.149	914.943	-	(13.716)	-	(1.003.376)	-	-	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(13.716)	-	13.716	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	663.116	-	-	-	(663.116)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	804.872	-	-	-	(804.872)	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(553.045)	-	-	-	553.045	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	102.149	-	-	-	-	(102.149)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	**-**	**391**	**-**	**-**	**(1.170.400)**	-	**-**	**(1.039.602)**	**(2.209.610)**	**275.254**	**(1.934.356)**
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017.013	1.017.013
Aprovação dos juros sobre o capital próprio adicional proposto – JCP	-	-	-	-	-	-	-	(553.045)	(553.045)	-	(553.045)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)	-	(9.000)
Aprovação de dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(367.557)	(367.557)	-	(367.557)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)	-	(110.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(1.170.400)	-	-	-	(1.170.400)	-	(1.170.400)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(742.195)	(742.195)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	391	-	-	-	-	-	-	391	436	827
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.022.783**	**105.802**	**337.143**	**1.467.988**	**-**	**134.759**	**(24.223)**	**-**	**4.044.252**	**4.032.568**	**8.076.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos	**1.173.548**	**2.045.628**	**2.394.977**	**3.043.453**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.271	3.592	893.208	761.142
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	7	18.464	4.964
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38)	63	621	15.122
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	180.702	145.906	688.575	715.429
Despesa com entidade de previdência privada	-	85	2.438	4.092
Resultado de participações societárias	(1.138.136)	(1.358.094)	(314.909)	(488.731)
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	-	-	9.203	17.902
PIS e COFINS diferidos	-	-	1.465	20.139
Ajuste a valor justo em investimentos (nota 12)	-	(670.016)	-	(670.016)
Outros	-	-	228.633	-
	217.347	**167.171**	**3.922.675**	**3.423.496**
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	24.324	(20.089)	4.328	(50.175)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	940.212	1.250.260	357.485	492.676
Tributos a compensar	(3.135)	1.530	(3.570)	(26.129)
Depósitos judiciais	-	-	(2.720)	(547)
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(34.110)	(389.087)
Outros ativos operacionais	5.957	16.004	141.225	(127.988)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	27.978	3.381	72.502	(74.301)
Outros tributos e contribuições sociais	(33)	(36)	117.377	(32.193)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	27	(41)	(5.552)	(8.907)
Taxas regulamentares	-	-	42.099	(1.006)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	-	(55.950)	(3.864)
Outros passivos operacionais	1.938	2.453	70.743	365.687
Caixa líquido gerado pelas operações	**1.214.615**	**1.420.633**	**4.554.030**	**3.567.662**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(53.623)	(65.786)	(118.582)	(243.761)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.981)	(12.933)	(771.222)	(299.430)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.151.011**	**1.341.914**	**3.664.226**	**3.024.471**
Atividades de investimentos				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	(50.464)	-	(50.464)
Aumento de capital em investidas	-	(83.300)	-	-
Redução de capital em subsidiárias	765.244	266.606	53.344	266.606
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	-	147.351
Aquisições de imobilizado	(232)	-	(441.493)	(248.608)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	(81.897)	(112.561)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	65.167	377.845
Adições de Intangível	-	(28)	(4.976)	(9.562)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(252.100)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(3.436)	(1)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	5.907	62.582	-	-
Outros	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**767.483**	**(56.705)**	**(409.855)**	**370.607**
Atividades de financiamentos				
Redução de Capital	(700.000)	-	(1.392.100)	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	867.181	270.000	1.242.441
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(688.859)	(271.242)	(1.026.858)	(1.496.487)
Liquidação de operações de derivativos	(115.289)	(63.646)	(150.627)	(88.451)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(375.207)	(1.833.444)	(924.731)	(2.591.155)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	56.007	9.103
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	(30.221)	(12.559)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(1.879.355)**	**(1.301.151)**	**(3.198.530)**	**(2.937.108)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	39.139	(15.943)	55.841	457.971
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	66.726	82.668	801.084	343.114
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**105.865**	**66.726**	**856.925**	**801.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
1 - Receita	**330.673**	**285.512**	**6.007.867**	**5.663.682**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	330.497	285.546	5.577.543	4.737.426
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	138	29	414.949	547.079
1.3 Receita relativa à construção de infraestrutura de concessão	-	-	-	394.299
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	(63)	15.375	(15.122)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(93.650)**	**582.409**	**(1.834.352)**	**(1.191.838)**
2.1 Custo com energia elétrica	(58.409)	(81.005)	(575.399)	(560.817)
2.2 Material	(494)	(272)	(473.995)	(497.601)
2.3 Serviços de terceiros	(6.239)	(6.608)	(628.030)	(693.790)
2.4 Outros	(28.508)	670.294	(156.929)	560.370
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**237.022**	**867.921**	**4.173.515**	**4.471.844**
4 - Retenções	**42.110**	**(3.593)**	**(893.208)**	**(764.338)**
4.1 Depreciação e amortização	(1.271)	(3.593)	(690.995)	(596.791)
4.2 Amortização do intangível de concessão	43.381	-	(202.213)	(167.547)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	279.132	864.328	3.280.307	3.707.506
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**1.130.879**	**1.385.064**	**535.544**	**665.032**
6.1 Receitas financeiras	36.125	26.971	221.535	176.302
6.2 Equivalência patrimonial	1.094.755	1.358.093	314.009	488.730
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**1.410.012**	**2.249.393**	**3.815.850**	**4.372.538**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**15.499**	**13.697**	**149.675**	**146.881**
8.1.1 Remuneração direta	10.863	10.430	114.422	114.368
8.1.2 Benefícios	4.063	2.688	25.670	23.676
8.1.3 FGTS	573	578	9.583	8.837
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**32.539**	**26.138**	**943.802**	**641.239**
8.2.1 Federais	31.978	25.592	942.395	638.875
8.2.2 Estaduais	-	-	805	1.602
8.2.3 Municipais	560	546	602	762
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**190.616**	**166.580**	**825.730**	**825.831**
8.3.1 Juros	189.430	165.420	788.396	789.065
8.3.2 Aluguéis	1.186	1.160	37.334	36.764
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.171.358**	**2.042.978**	**1.896.643**	**2.758.587**
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	25.000	9.000	25.000	9.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.310.858	477.557	1.310.858	477.557
8.4.3 Lucros retidos	(164.500)	1.556.420	560.785	2.272.030
	1.410.012	**2.249.393**	**3.815.850**	**4.372.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

a) Empresas consolidadas – Controladas

Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN"): controlada com participação de 52,12%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos da usina Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no Rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada prevista é de 880 MW.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"): controlada com participação de 65%, a CERAN, sociedade por ações de capital fechado, tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360 MW.

CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"): controlada com participação de 50,85%, a CPFL Renováveis possui operação nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, e tem como principais atividades: i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis; ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 117 empreendimentos com 4,25 GW de capacidade instalada (4,19 GW em operação).

CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba"): controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo"): controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú"): controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão.

CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I"): controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de

transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II"): controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8.

b) Empreendimentos controlados em conjunto

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"): controlado em conjunto com participação de 53,34%, a EPASA tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada.

Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense"): controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW.

1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da subsidiária CPFL Renováveis sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

  As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF").

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;

- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

[1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 329.925 e R$ 3.510.221. O plano de financiamento da CPFL Geração e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender das necessidades de caixa das empresas, e que serão executados até 31 de dezembro de 2024, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*“IFRS” – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 33 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 - Combinação de negócios (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 - Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 33 – Instrumentos financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de geração e transmissão de energia elétrica, em uma única natureza (“Geração”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis e ENERCAN.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de Concessão

Transmissoras

As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Oficio Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

i. O Grupo atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.

ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.

iii. A Companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 33). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Notas Explicativas

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

(ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos

atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 33.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como ativo imobilizado e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de imobilizado em outras despesas operacionais.

3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“goodwill”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: i) adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente; ii) uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.7 Redução ao valor recuperável *(“impairment”)*

Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Notas Explicativas

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda *("PD" - Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento *("EAD" - Exposure At Default)* e a perda dada pela inadimplência ("*LGD" - Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado.

Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

(i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

(ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre o capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omisso, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na obrigação de desempenho que é atendida com base no valor da energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita aplicada sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.12 Imposto de renda e Contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e

diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – o Grupo passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição

para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Base de Consolidação

i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.17 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 33) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Notas Explicativas

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos bancários	84	253	11.467	9.613
Aplicações financeiras	105.781	66.473	845.458	791.471
Aplicações de curtíssimo prazo (a)	-	-	1.979	877
Títulos de crédito privado (b)	105.781	66.472	699.188	689.698
Fundos de investimento (c)	-	-	144.291	100.896
Total	**105.865**	**66.726**	**856.925**	**801.084**

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 101,71% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,93% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 91,36% para Operações Compromissadas (102,46% do CDI para CDB e 84,89% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2022).

c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2023	2022
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos (a)	238.746	208.886
Total	**238.746**	**208.886**

a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
		Vencidos		Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	2023	2022
Circulante					
Operações realizadas CCEE	1.502	126	6	1.634	1.258
Concessionárias e permissionárias	23.410	-	4.317	27.727	25.019
Outros	313	-	-	313	1.119
	25.225	126	4.323	29.674	27.396
PECLD				(29)	(389)
Total	**25.225**	**126**	**4.323**	**29.645**	**27.007**
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	-	-	-	-	26.923
PECLD				-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**26.923**

Notas Explicativas

	Consolidado				
		Vencidos		Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	2023	2022
Circulante					
Operações realizadas CCEE	77.751	5.602	9.867	93.220	85.271
Concessionárias e permissionárias	443.494	242.685	7.558	693.737	676.207
Outros	225	-	-	225	1.046
	521.470	**248.287**	**17.425**	**787.182**	**762.524**
PECLD	-	-	-	(457)	(1.078)
Total	**521.470**	**248.287**	**17.425**	**786.725**	**761.446**
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	9.393	-	-	9.393	38.379
PECLD				-	-
Total	**9.393**	**-**	**-**	**9.393**	**38.379**

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se as provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 33.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 2021	**(839)**	**(379)**	**(1.218)**
Provisão constituída	(238)	-	(238)
Saldo em 2022	**(1.078)**	**(379)**	**(1.457)**
Reversão de provisão	621	27	648
Saldo em 2023	**(457)**	**(352)**	**(809)**
Circulante	**(457)**	**(352)**	**(809)**

Notas Explicativas

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Antecipações de contribuição social – CSLL	5.167	2.648	5.309	2.656
Antecipações de imposto de renda – IRPJ	5.345	684	5.740	684
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	27.284	17.876
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**10.512**	**3.331**	**38.333**	**21.216**
Imposto de renda retido na fonte	6.552	3.257	37.995	30.569
ICMS a compensar	-	-	6.415	7.611
Programa de integração social	17	15	8.837	6.959
Contribuição financiamento da seguridade social	79	69	39.392	33.351
Instituto nacional da seguridade social	-	-	16	-
Outros	-	-	666	542
Outros tributos a compensar	**6.648**	**3.341**	**93.321**	**79.032**
Total circulante	**17.160**	**6.672**	**131.654**	**100.248**
Não Circulante				
Contribuição social a compensar – CSLL	-	**-**	4.564	**5.300**
Imposto de renda a compensar – IRPJ	-	**-**	76.103	**95.331**
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**-**	**-**	**80.667**	**100.631**
ICMS a compensar	-	-	4.491	3.676
Programa de integração social	-	-	416	1.202
Contribuição para financiamento da seguridade social	-	-	420	2.642
Outros	-	-	81	81
Outros tributos a compensar	**-**	**-**	**5.408**	**7.601**
Total não circulante	**-**	**-**	**86.075**	**108.232**

Imposto de renda e contribuição social a compensar – No consolidado em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 80.667 (R$ 100.631 em 31 de dezembro de 2022) da controlada CPFL Renováveis refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2023, inclui-se o montante de R$ 24.847 (R$ 22.022 em 31 de dezembro de 2022) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2023, inclui o montante de R$ 36.976 (R$ 30.659 em 31 de dezembro de 2022) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	153.629	149.846
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	154	(59.231)	(333.271)	(388.373)
	154	**(59.231)**	**(179.642)**	**(238.527)**
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	427.262	416.714
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	5.600	6.892
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	428	(164.531)	(912.155)	(1.065.619)
	428	**(164.531)**	**(479.293)**	**(642.013)**
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	-	-	(48.438)	(46.974)
Total	**582**	**(223.762)**	**(707.373)**	**(927.513)**
Total crédito fiscal	**582**	**-**	**261.353**	**197.115**
Total débito fiscal	**-**	**(223.762)**	**(968.726)**	**(1.124.628)**

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	34	7	19
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.515	6.987	35	97
Provisão relacionada a pessoal	73	203	76	211
Derivativos	(2.125)	(5.902)	2.750	7.638
Marcação a mercado - Derivativos	-	-	1.412	3.921
Marcação a mercado - Dívidas	-	-	(3.863)	(10.729)
Mais valia decorrente da aquisição do controle (Enercan)	-	-	(59.680)	(165.779)
Outros	(321)	(894)	32	90
Total	**154**	**428**	**(59.231)**	**(164.531)**

Notas Explicativas

	Consolidado					
	2023			2022		
	CSLL	IRPJ	PIS COFINS	CSLL	IRPJ	PIS COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	161	449	-	12.772	35.474	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.515	8.382	-	35	97	-
Provisão relacionada a pessoal	575	203	-	578	1.606	-
Derivativos	(1.536)	(4.265)	-	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-	1.162	3.228	-
Registro da concessão – ajuste ativo financeiro	(14.333)	(26.541)	(47.850)	(13.899)	(25.739)	(46.974)
Marcação a mercado – derivativo	281	782	-	2.625	7.290	-
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	-	(5.043)	(14.007)	-
Depreciação acelerada incentivada	(34.835)	(96.763)	-	(38.968)	(108.244)	-
Mais valia decorrente da aquisição do controle (Enercan)	(92.768)	(257.701)	-	(59.680)	(165.779)	-
Outras diferenças temporárias	646	1.795	-	(18.732)	(52.029)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado						
Perdas atuariais	(174)	(475)	-	157	438	-
Marcação a mercado – dívidas	(873)	(2.426)	-	(878)	(2.438)	-
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	-	(35.978)	(99.940)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio						
Impostos diferidos – ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	13.404	37.235	-	14.592	40.533	-
Impostos diferidos – passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(15.767)	(43.799)	-	(16.056)	(44.602)	-
Intangível – direito de exploração/ autorização	(157.549)	(437.314)	-	(172.542)	(478.958)	-
Total	**(333.271)**	**(912.155)**	**(47.850)**	**(388.373)**	**(1.065.619)**	**(46.974)**

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Consolidado
2024	111.259
2025	111.425
2026	121.475
2027	130.176
2028 a 2030	94.494
2031 a 2033	25.008
Total	**593.837**

Notas Explicativas

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**1.173.548**	**1.173.548**	**2.045.628**	**2.045.628**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(1.138.136)	(1.138.136)	(1.358.093)	(1.358.093)
Amortização de intangível adquirido	-	-	(7.898)	-
Juros sobre o capital próprio	(25.000)	(25.000)	(9.000)	(9.000)
Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	-	-	(670.016)	(670.016)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	327	1.383	999	1.501
Base de cálculo	**10.739**	**11.794**	**1.620**	**10.020**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(967)**	**(2.949)**	**(146)**	**(2.505)**
Ajuste de créditos fiscais	-	1.725	-	-
Total	**(967)**	**(1.223)**	**(146)**	**(2.505)**
Corrente	(671)	(403)	(1.986)	(7.616)
Diferido	(295)	(820)	1.840	5.111

	Consolidado			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**2.394.977**	**2.394.977**	**3.043.453**	**3.043.453**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(314.909)	(314.909)	(488.731)	(488.731)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(7.898)	-
Efeito regime lucro presumido	(576.843)	(670.943)	(741.458)	(831.626)
Juros sobre o capital próprio	(25.000)	(25.000)	(9.000)	(9.000)
Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	-	-	(670.016)	(670.016)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	377.220	370.351	84.045	82.180
Base de cálculo	**1.854.866**	**1.754.476**	**1.210.395**	**1.126.260**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(166.938)**	**(438.619)**	**(108.936)**	**(281.565)**
Ajuste de créditos fiscais	28.355	78.868	26.451	79.184
Total	**(138.583)**	**(359.751)**	**(82.485)**	**(202.382)**
Corrente	(172.391)	(452.815)	(103.894)	(266.393)
Diferido	33.808	93.063	21.409	64.012

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R$ 126.871 (R$ 84.707 em 2022) refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa receita de R$ 120.332 (receita de R$ 24.394 em 2022); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado receita de R$ 31.278 (despesa de R$ 1.292 em 2022) e (iii) diferenças temporárias despesa de R$ 24.739 (receita de R$ 61.605 em 2022).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	**(3.612)**	**(3.612)**	**(9.796)**	**(9.796)**
Base de cálculo	(3.612)	(3.612)	(9.796)	(9.796)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	**-**	**-**	**-**	**-**
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**325**	**903**	**882**	**882**
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-
Custo atribuído de ativo imobilizado	40.321	40.321	40.870	40.870
	40.321	**40.321**	**40.870**	**40.870**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	**(3.629)**	**(10.080)**	**(3.678)**	**(10.218)**
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(3.304)**	**(9.177)**	**(2.796)**	**(9.336)**

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da CPFL Renováveis possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2023, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R$ 39.286 (R$ 69.609 em 31 de dezembro de 2022). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**688.749**
Circulante	57.521
Não Circulante	631.229
Adições	389.087
Remuneração e atualização	67.367
Recebimento RAP	(31.690)
Reclassificação de outros créditos	8.017
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.121.531**
Circulante	88.072
Não Circulante	1.033.458
Adições	36.971
Remuneração e atualização	108.604
Recebimento RAP	(75.269)
Outros créditos	(32.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.159.697**
Circulante	90.413
Não Circulante	1.069.284

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

Notas Explicativas

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Créditos a receber	-	-	69.806	12.210
Direito de uso	142	64	56.677	53.597
Adiantamentos – plano de pensão	-	-	1.950	266
Adiantamentos – fornecedores	-	-	11.045	42.699
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	8.387	19.973
Ordens em curso	-	-	17.135	9.850
Contratos de pré compra de energia	-	-	17.976	15.654
Despesas antecipadas	3.993	170	42.885	28.920
Adiantamentos a funcionários	115	43	2.893	1.509
Indenizações	2.070	11.157	2.070	11.157
Estoque	-	-	66.532	74.082
Outros	107	-	133.155	78.457
(-) PECLD (nota 7)	-	-	(352)	(379)
Total	**6.427**	**11.434**	**391.797**	**347.995**
Circulante	**5.852**	**11.281**	**193.374**	**196.767**
Não Circulante	**575**	**153**	**198.423**	**151.228**

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber com os sócios minoritários das controladas.

Direito de uso: Refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas. O saldo é composto pelas classes de “Terras” e “Imóveis”, com taxa de amortização média anual de 3,1% e 20%, respectivamente.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Estoque – Refere-se ao projeto de primarização iniciado no 3º trimestre de 2019, em substituição ao contrato do fornecedor Siemens Gamesa, para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados de Rio Grande do Norte e Ceará.

Outros – Refere-se, majoritariamente, a contas a receber constituído entre Bio Formosa e Vale Verde pela venda de ativos imobilizados da subsidiária da CPFL Renováveis.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	4.353.046	4.704.044	467.723	569.070
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	251.200	-	-
	4.353.046	**4.955.244**	**467.723**	**569.070**
Mais valia de ativos, líquidos	646.566	922.387	4.285	7.743
Total	**4.999.612**	**5.877.631**	**472.008**	**576.812**

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Notas Explicativas

		Controladora							
		2023				2023	2022	2023	2022
Investimento	Participação no Capital %	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio Líquido		Resultado de equivalência Patrimonial	
Enercan	52,12%	1.411.461	200.787	900.007	525.576	305.630	372.634	16.226	239.568
Chapecoense	51,00%	2.984.291	254.509	283.874	472.564	144.776	186.139	241.008	223.652
Epasa	53,34%	510.491	61.413	389.497	143.745	207.772	254.550	76.678	72.431
CPFL Renováveis	50,85%	11.451.114	2.632.292	4.786.008	1.360.024	2.433.685	2.927.901	691.572	657.116
Ceran	65,00%	797.537	283.809	290.980	(7.432)	189.137	184.476	(4.831)	37.968
CPFL Piracicaba	100,00%	145.896	82.585	135.610	13.658	135.609	135.526	13.657	14.289
CPFL Morro Agudo	100,00%	153.303	100.010	142.421	17.874	142.422	142.057	17.874	18.431
CPFL Maracanaú	100,00%	102.094	47.789	53.411	4.184	53.411	42.027	4.184	14.518
CPFL Sul I	100,00%	399.025	401.656	354.304	17.403	354.303	191.900	17.403	42.738
CPFL Sul II	100,00%	444.465	373.256	386.302	20.467	386.302	266.835	20.467	45.280
Investimento pelo patrimônio líquido da controlada						**4.353.046**	**4.704.044**	**1.094.238**	**1.365.991**
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais						-		43.898	(7.898)
Total						**4.353.046**	**4.704.044**	**1.138.136**	**1.358.093**

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Imobilizado (nota 13). Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R$ 43.898 (R$ 7.898 no ano de 2022) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

	Saldo em 31/12/2022			Movimentação em 2023						Saldo em 31/12/2023		
Investimento	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Ajuste reflexo	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
Baesa	-	-	127.288	-	(2.665)	-	(11.002)	-	-	-	-	113.621
CSC Energia	-	-	1.093	-	465	-	-	-	(4)	-	-	1.554
Enercan	372.634	(372.634)	-	-	273.920	-	(177.488)	-	(163.436)	305.630	(305.630)	-
Chapecoense	186.139	-	186.139	-	241.008	-	(282.371)	-	-	144.776	-	144.776
EPASA	254.550	-	254.550	(53.343)	76.678	-	(70.113)	-	-	207.772	-	207.772
CPFL Renováveis	2.927.901	(2.927.901)	-	(711.900)	691.572	1.506	(475.394)	-	-	2.433.685	(2.433.685)	-
Ceran	184.476	(184.476)	-	-	(4.831)	-	9.492	-	-	189.137	(189.137)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	135.526	(135.526)	-	-	13.657	-	(13.574)	-	-	135.609	(135.609)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	142.057	(142.057)	-	-	17.874	-	(17.509)	-	-	142.422	(142.422)	-
CPFL Transmissão Maracanaú	42.027	(42.027)	-	-	4.184	-	-	7.200	-	53.411	(53.411)	-
CPFL Transmissão Sul I	191.900	(191.900)	-	-	17.403	-	-	145.000	-	354.303	(354.303)	-
CPFL Transmissão Sul II	266.835	(266.835)	-	-	20.467	-	-	99.000	-	386.302	(386.302)	-
	4.704.044	**(4.263.356)**	**569.070**	**(765.243)**	**1.349.732**	**1.506**	**(1.037.959)**	**251.200**	**(163.440)**	**4.353.046**	**(4.000.499)**	**467.723**

Notas Explicativas

Investimento	Saldo em 31/12/2021			Movimentação em 2022						Saldo em 31/12/2022		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Ajuste reflexo	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
Baesa	-	-	155.703	-	(1.391)	-	(27.024)	-	-	-	-	127.288
CSC Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.093
Enercan	307.459	-	307.459	25.423	239.568	-	(199.816)	-	-	372.634	(372.634)	-
Chapecoense	433.866	-	433.866	(234.600)	223.653	-	(236.780)	-	-	186.139	-	186.139
EPASA	281.544	-	281.544	(32.006)	72.432	-	(67.420)	-	-	254.550	-	254.550
CPFL Renováveis	2.913.034	(2.913.034)	-	-	657.115	3.679	(645.927)	-	-	2.927.901	(2.927.901)	-
Ceran	210.958	(210.958)	-	-	37.968	-	(64.450)	-	-	184.476	(184.476)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	127.361	(127.361)	-	-	14.288	-	(6.123)	-	-	135.526	(135.526)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	142.626	(142.626)	-	-	18.431	-	(19.000)	-	-	142.057	(142.057)	-
CPFL Transmissão Maracanaú	16.509	(16.509)	-	11.000	14.518	-	-	-	-	42.027	(42.027)	-
CPFL Transmissão Sul I	75.962	(75.962)	-	73.200	42.738	-	-	-	-	191.900	(191.900)	-
CPFL Transmissão Sul II	221.554	(221.554)	-	-	45.281	-	-	-	-	266.835	(266.835)	-
	4.730.873	**(3.708.004)**	**1.178.572**	**(156.983)**	**1.364.601**	**3.679**	**(1.266.540)**	**-**	**-**	**4.704.044**	**(4.263.356)**	**569.070**

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	113.621	127.288	(2.665)	(1.381)
Enercan	-	-	-	194.229
CSC Energia	1.554	1.092	465	379
Chapecoense	144.776	186.139	241.008	223.650
Epasa	207.772	254.550	76.678	72.431
Mais valia de ativos líquidos	4.285	7.743	(577)	(578)
Total dos investimentos	**472.008**	**576.812**	**314.009**	**488.731**

12.1 Juros sobre capital próprio ("JCP") e dividendo a receber

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Enercan	-	75.169	-	-
Ceran	155.750	165.242	-	-
CPFL Renováveis	171.407	-	7.517	1.515
Total	**327.157**	**240.411**	**7.517**	**1.515**

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	2023	2022
CPFL Maracanaú	-	7.200
CPFL Sul I	-	145.000
CPFL Sul II	-	99.000
Total	**-**	**251.200**

12.3 Combinação de negócios

12.3.1 Aquisição de ações da Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN)

Em 29 de julho de 2022 ocorreu o leilão de privatização do controle da CEEE-G, no contexto de desestatização das empresas do Grupo CEEE pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre os investimentos que a CEEE-G detinha, destacava-se o percentual de 6,51% de participação na Campos Novos Energia S.A. ("Enercan").

Conforme Acordo de Acionistas da ENERCAN, em caso de venda de participação por qualquer acionista, deve ser concedido direito de preferência aos demais acionistas da própria ENERCAN. Diante disso, considerando a privatização da CEEE-G, através de Fato Relevante de 6 de setembro de 2022, a CPFL Energia (através de sua controlada CPFL Geração) manifestou o seu Direito de Preferência na aquisição das ações da Enercan.

Em 23 de setembro de 2022 foi concedida anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, em 1 de novembro de 2022, a transação foi certificada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE.

Em 17 de novembro de 2022, a CPFL Geração concluiu a aquisição de 3,39% do capital social da Enercan pelo montante de R$ 50.464. A titularidade das ações foi transferida para a CPFL Geração e o pagamento foi efetuado. No entendimento da Administração, com essa aquisição, a CPFL Geração passou a ser controladora da Enercan uma vez que a empresa passou a deter a maioria das ações, o que lhe deu o controle das decisões relacionadas a direitos substantivos. Esse entendimento está baseado na análise do Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da adquirida, que resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Pelo fato da CPFL Geração ter adquirido o controle de uma empresa sobre a qual já detinha participação anterior, tal transação é considerada, conforme define o CPC 15 (R1) / IFRS 3, como uma Combinação de Negócios atingida em estágios, o que, por sua vez, requer a remensuração a valor justo do investimento detido anteriormente. O valor justo, em 17 de novembro de 2022 (data da aquisição) da participação societária que a CPFL Geração mantinha na Enercan imediatamente antes da aquisição era de R$ 1.034.877. Tendo em vista que o saldo contábil registrado era de R$ 364.860, a CPFL Geração registrou em 2022 um ganho de remensuração a valor justo do investimento de R$ 670.016, contabilizado na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais.

A CPFL Geração passou a deter, portanto, participação acionária de 52,12% na Enercan (anteriormente 48,72% e registrada por equivalência patrimonial até a data de troca de controle). Sob a perspectiva do Grupo,

a operação representa uma oportunidade de agregar valor através do aumento de participação em um ativo já conhecido com governança e acompanhamento recorrentes dentro do grupo.

O objeto e principal atividade operacional da Enercan é a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado. O término da concessão está previsto para 06 de janeiro de 2039.

A sede administrativa da Enercan está localizada na Rua Lauro Linhares, nº 2010, Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, Sala 101, bairro Trindade, Florianópolis, estado de Santa Catarina, sendo uma sociedade anônima de capital fechado controlada em conjunto até o momento da aquisição complementar de 3,39% das ações para a CPFL Geração.

A Enercan possui uma usina de geração de energia elétrica com potência instalada de 880 MW médios, explorada através de um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica. O Contrato de Concessão nº 43/200, outorgado em 29 de maio de 2000 pela União, prevê o direito de exploração à Enercan pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado a depender de aprovação do órgão regulador. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.318 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06/01/2039.

i) Contraprestação transferida

A contraprestação transferida foi de R$50.464, paga em caixa, em parcela única, em 17 de novembro de 2022. Esta contraprestação não sofreu nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida. Além disso, não houve contraprestações contingentes nesta transação.

ii) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição

A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos da aquisição da ENERCAN foi apurada na data de aquisição de 17 de novembro de 2022 e, no fim do exercício base das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023, a alocação final foi apurada (em linha com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3), sem alterações com relação à alocação inicial. Todo o processo de mensuração e alocação foi efetuado com base em laudo contratado por especialista externo, e a mensuração do valor justo foi efetuada de forma definitiva para o exercício finalizado em 2023. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contas avaliado, sendo que podem ser: *income approach, cost approach*, dentre outras.

Para a mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo a mensuração do valor justo da participação de não-controladores, a Administração utilizou o método de *Income Approach,* que envolve principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida. Estes valores foram confirmados após a conclusão de laudo de avaliação econômico-financeiro por avaliador independente.

A totalidade do valor pago na transação foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocada a ativos identificados e passivos assumidos, nenhum valor residual foi alocado como ágio ("*goodwill*") nesta transação.

Fora do âmbito do Valor Justo total identificado na transação, nas demonstrações financeiras individuais da adquirente foi apurado um "Intangível de Combinação de Negócios" no montante de R$ 236.715, cuja contabilização provisória da combinação de negócios em 2022 havia sido como "Goodwill", em contrapartida a um passivo fiscal diferido. Ambos os efeitos foram classificados no grupo de Investimentos no ativo em atendimento ao ICPC 09 (R2). Os efeitos fiscais diferidos existem em função da mais-valia gerada na remensuração do investimento anterior (R$ 670.016) ser indedutível para fins fiscais, o que gera uma diferença entre suas bases contábil e fiscal.

Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, houve a respectiva contabilização final de um passivo fiscal diferido sobre a mais-valia alocada principalmente ao ativo imobilizado, sendo que o Intangível de Combinação de Negócios total nas demonstrações financeiras consolidadas registrado em contrapartida a este passivo fiscal diferido foi de R$ 447.697 (R$430.032 na alocação inicial).

A alocação final do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentado a seguir:

	Enercan	
	17/11/2022 Provisório	17/11/2022 Final
Ativos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	147.351	147.351
Contas a receber	228.876	228.876
Despesas pagas antecipadamente	875	875
Impostos e contribuições a recuperar	5.080	5.080
Outros créditos	720	720
Ativos não circulantes		
Depósitos judiciais	89.537	89.537
Outros créditos	6.366	6.366
Investimentos	714	714
Imobilizado (a)	2.127.838	2.127.838
Intangível	237.926	237.926
Montante não alocado	-	-
Passivos circulantes		
Fornecedores	22.835	22.835
Salários, provisões e contribuições sociais	897	897
Imposto de renda e contribuição social	168.839	168.839
Impostos a recolher	14.687	14.687
Uso do bem público (UBP)	5.058	5.058
Encargos setoriais	9.101	9.101
Dividendos	220.648	220.648
Outras obrigações	5.400	5.400
Passivos não circulantes		
Uso do bem público (UBP)	41.980	41.980
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.962	41.962
Encargos setoriais	10.753	10.753
Provisões para litígios (b)	178.767	178.767
Outras obrigações	356	356
Ativos líquidos adquiridos	**2.124.000**	**2.124.000**
Ágio gerado na aquisição		
Contrapartida transferida em Caixa	50.464	50.464
(+) Valor justo da participação dos acionistas controladores	1.106.987	1.106.987
(+) Valor justo da participação dos acionistas não-controladores	1.017.013	1.017.013
(=) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	**2.124.000**	**2.124.000**

(a) Apurado com base na natureza dos ativos e das informações apresentadas, foi aplicado o método da Quantificação do Custo e Comparativo Direto de Dados de Mercado, nível 2 da hierarquia de valor justo, tendo como principais premissas banco de preços referenciais da ANEEL, banco de preços referenciais da ANEEL orçamentos sintéticos ou analíticos e vida útil dos ativos.

(b) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, nível 3 da hierarquia de valor justo, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Companhia.

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

iii) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

iv) Ativos de indenização

O acordo não prevê quaisquer situações em que a CPFL Geração (adquirente) possa ser indenizada.

v) Passivos contingentes reconhecidos

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos no montante de R$ 81.487 na data de aquisição:

	Enercan 17/11/2022
Processos fiscais (i)	80.496
Processos cíveis (i)	556
Processos outros (i)	434
Passivo contingente preliminar	**81.487**
Provisões já registradas na controlada	97.281
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	**178.767**

(i) estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais cujo conceito se enquadra em passivos contingentes que podem ser mensurados com confiabilidade. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

vi) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R$ 228.876, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

vii) Entrada de caixa líquido na aquisição

Considerando que a Enercan tinha um saldo de caixa em 01 de novembro de 2022 de R$ 147.351 e que a contraprestação transferida foi de R$ 50.464, a movimentação de caixa líquido na aquisição foi um aumento de caixa, no consolidado, de R$ 96.887.

viii) Receita operacional líquida e lucro líquido da controlada incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

No período de dois meses findos em 31 de dezembro de 2022, a ENERCAN contribuiu com uma receita líquida de R$ 180.957 e lucro de R$ 86.992 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a Administração estima que a receita consolidada seria de R$ 5.628.399 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 2.916.337. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022.

12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto.

A divulgação da participação em controladas, de acordo com o IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Notas Explicativas

12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**-**	**113.593**	**2.924.934**	**3.038.527**
Participação acionária e no capital votante		35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	35.976	20.444	659.189	715.610
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	3.178	3.178
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	436	436
Combinação de negócios	1.017.013	-	-	1.017.013
Dividendos	(57.869)	(34.704)	(649.622)	(742.195)
Saldo em 31/12/2022	**995.120**	**99.333**	**2.938.115**	**4.032.568**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.077	(2.611)	690.808	725.283
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	1.172	1.172
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	326	326
Redução de capital sem alteração de controle	-	-	(692.100)	(692.100)
Dividendos	(163.062)	5.111	(484.250)	(642.201)
Outras movimentações	2.176	-	(737)	1.439
Saldo em 31/12/2023	**871.311**	**101.843**	**2.453.332**	**3.426.486**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	

12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis
Ativo circulante	431.059	96.612	1.459.188	317.077	103.120	1.432.696
Caixa e equivalentes de caixa	160.469	74.778	474.771	78.697	71.365	505.371
Outros ativos	270.590	21.834	984.417	238.380	31.755	927.325
Ativo não circulante	2.270.150	700.926	9.991.926	2.872.743	732.634	10.216.025
Passivo circulante	266.340	303.869	4.732.529	400.674	322.825	1.449.146
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	395.776	-	-	344.272
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	2.700.316	-	-	24.283
Outros passivos financeiros	266.340	303.869	1.636.437	400.674	322.825	1.080.591
Passivo não circulante	596.844	202.688	1.830.831	710.869	219.120	4.333.559
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	809.646	-	-	946.903
Outros passivos financeiros	596.844	202.688	1.021.185	710.869	219.120	3.386.656
Patrimônio líquido	1.838.026	290.980	4.887.755	2.078.277	283.809	5.866.016
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	966.715	189.137	4.786.008	1.083.157	184.476	2.927.901
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	871.311	101.843	101.747	995.120	99.333	2.938.115

Notas Explicativas

	31/12/2023			31/12/2022		
	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	1.007.075	107.764	3.639.600	180.957	255.020	3.594.703
Custo e despesa operacional	(508.431)	(78.610)	(895.311)	(43.071)	(95.716)	(934.803)
Depreciação e amortização	(179.344)	(42.051)	(670.541)	(23.843)	(41.557)	(692.149)
Receita de juros	20.114	9.308	144.585	3.584	5.891	118.637
Despesa de juros	(1.473)	(9.379)	(577.882)	294	(25.602)	(219.443)
Despesa de imposto sobre a renda	(237.568)	4.571	(255.580)	(42.454)	(28.799)	(192.027)
Lucro líquido	97.952	(7.432)	1.382.382	75.135	58.412	1.316.306
Lucro atribuído aos acionistas controladores	60.875	(4.831)	1.360.024	39.159	37.968	1.292.264
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	37.077	(2.601)	22.358	35.976	20.444	24.041

12.4.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Baesa	Chapecoense	Epasa	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	52.839	410.738	415.233	67.841	542.591	450.784
Caixa e equivalentes de caixa	13.099	222.719	243.076	21.333	381.283	299.182
Outros ativos circulantes	39.740	188.019	172.157	46.508	161.308	151.602
Ativo não circulante	1.013.972	2.202.641	95.258	1.070.100	2.351.441	188.837
Passivo circulante	110.840	619.332	81.740	86.232	592.312	96.719
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	234.447	-	-	235.203	-
Outros passivos financeiros	110.840	384.885	81.740	86.232	357.109	96.719
Passivo não circulante	501.595	1.706.804	39.254	542.675	1.936.742	65.711
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	653.355	-	-	877.391	-
Outros passivos financeiros	501.595	1.053.449	39.254	542.675	1.059.351	65.711
Patrimônio líquido	454.375	287.243	389.497	509.033	364.978	477.191

	31/12/2023			31/12/2022		
	Baesa	Chapecoense	Epasa	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	195.121	1.271.750	352.131	323.099	1.194.081	311.259
Custo e despesa operacional	(142.993)	(273.892)	(112.451)	(213.034)	(251.257)	(82.602)
Depreciação e amortização	(57.559)	(103.200)	(92.690)	(57.154)	(106.633)	(91.322)
Receita de juros	4.313	46.393	31.221			
Despesa de juros	(16.010)	(178.594)	-	6.208	60.309	33.592
				(67.854)	(224.185)	(4.101)
Despesa de imposto sobre a renda	6.798	(277.168)	(32.809)	4.057	(222.078)	(31.458)
Lucro (prejuízo) líquido	(10.658)	446.913	143.745	(5.524)	438.534	135.783
Participação acionária e no capital votante	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.4.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia por meio da controlada direta CPFL Renováveis possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

Notas Explicativas

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	**Reservatórios, barragens e adutoras**	**Edificações, obras civis e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Em curso**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	**161.819**	**1.211.798**	**854.061**	**5.865.107**	**990**	**2.891**	**276.132**	**8.372.798**
Custo histórico	226.225	2.227.084	1.598.568	10.289.100	2.705	10.654	276.132	14.630.468
Depreciação acumulada	(64.606)	(1.015.286)	(744.507)	(4.423.993)	(1.715)	(7.763)	-	(6.257.670)
Adições	-	-	-	-	-	-	248.608	248.608
Baixas	-	(15.377)	-	(40.556)	-	-	(5.197)	(61.130)
Transferências	23	3.480	16.459	18.969	163	-	(39.093)	-
Depreciação	(4.238)	(55.389)	(77.478)	(434.488)	(273)	(444)	-	(572.310)
Baixa de depreciação	-	-	10.791	18.878	-	-	-	29.669
Combinação de negócios	6.560	1.543.599	198.709	362.983	106	215	15.669	2.127.838
Saldo em 31/12/2022	**164.163**	**2.688.111**	**1.002.542**	**5.790.893**	**986**	**2.661**	**496.119**	**10.145.475**
Custo histórico	237.143	4.252.566	1.841.369	10.907.307	3.099	11.359	496.119	17.748.962
Depreciação acumulada	(72.980)	(1.564.455)	(838.825)	(5.116.414)	(2.114)	(8.699)	-	(7.603.487)
Adições	-	-	-	-	-	-	452.805	452.805
Baixas	-	(1.493)	(9.968)	(152.770)	(580)	(78)	(4.827)	(169.716)
Transferências	(1.677)	13.157	(24.064)	178.073	537	393	(166.419)	-
Depreciação	(4.513)	(149.659)	(55.927)	(446.826)	(396)	(429)	-	(657.750)
Baixa de depreciação	-	950	3.411	107.274	486	61	-	112.182
Provisão para redução ao valor recuperável	(521)	(268.028)	(32.807)	(32.827)	-	(9)	-	(334.193)
Saldo em 31/12/2023	**157.452**	**2.283.038**	**883.189**	**5.443.817**	**1.033**	**2.599**	**777.678**	**9.548.803**
Custo histórico	234.945	3.996.202	1.774.530	10.899.783	3.056	11.655	766.678	17.697.859
Depreciação acumulada	(77.493)	(1.713.164)	(891.341)	(5.455.966)	(2.024)	(9.067)	-	(8.149.055)
Taxa média de depreciação 2023	**1,90%**	**3,52%**	**3,04%**	**4,10%**	**12,77%**	**3,78%**		
Taxa média de depreciação 2022	**1,87%**	**2,48%**	**4,84%**	**4,22%**	**10,31%**	**4,16%**		

Notas Explicativas

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R$ 868.449 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 595.234 em 2022), com destaque para obras de construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R$ 550.986 (R$ 602.386 em 31 de dezembro de 2022), sendo o principal montante relacionado à CPFL Renováveis.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para o ano de 2023, a Companhia identificou indicativos relacionados às condições hidrológicas de alta oferta no País para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) do segmento de geração de energia, o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos. O valor recuperável dessas UGCs, de R$3.236.877, foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro de cada projeto. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 11%.

Como resultado dos testes realizados foi reconhecido, em dezembro de 2023, para sua UGC Enercan, provisão para perdas no valor de R$334.193. Esta perda foi alocada na demonstração de resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais” (nota explicativa nº 28).

Para as demais UGCs não houve necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos imobilizados e tampouco de seus ativos intangíveis de combinação de negócios.

No exercício de 2022 não houve necessidade de provisão para recuperação de ativos.

Notas Explicativas

(14) INTANGÍVEL

	Consolidado				
		Direito de concessão			
	Ágio	Adquirido em combinação de negócio	Uso do bem público/ GSF	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**-**	**2.174.808**	**198.846**	**117.419**	**2.491.073**
Custo histórico	-	4.065.993	220.839	200.566	4.487.398
Amortização acumulada	-	(1.891.182)	(21.993)	(83.148)	(1.996.323)
Adições	-	-	-	9.562	9.562
Amortização	-	(167.547)	(11.308)	(19.836)	(198.691)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(8.642)	-	(530)	(9.172)
Combinação de negócios	430.032	-	12.253	225.674	667.959
Saldo em 31/12/2022	**430.032**	**1.998.619**	**199.791**	**332.288**	**2.960.730**
Custo histórico	430.032	4.065.993	233.092	435.802	5.164.919
Amortização acumulada	-	(2.067.374)	(33.301)	(103.514)	(2.204.189)
Adições	17.664	-	-	5.099	22.733
Amortização	-	(202.210)	(11.913)	(25.000)	(239.123)
Transferência - outros ativos	(447.696)	447.696	(145.334)	145.334	-
Baixa – outros ativos	-	(114.890)	-	(136)	(115.026)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**2.129.215**	**42.544**	**457.554**	**2.629.313**
Custo histórico	-	4.398.799	87.758	586.068	5.072.625
Amortização acumulada	-	(2.269.584)	(45.214)	(128.514)	(2.443.312)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em Combinação de Negócios.

Em 2023, como conclusão da apuração final da combinação de negócios da controlada Enercan (nota explicativa n° 12), o montante de R$ 447.697 inicialmente reconhecido como Ágio foi reclassificado para Intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

14.1 UBP/ Intangível de concessão

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1° de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga. Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”. O ativo foi reconhecido no montante total de R$ 175.904 em 2021) Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Conforme mencionado na nota explicativa n° 13, para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	6.680	8.406	57.882	60.874
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	24.131	23.468
Materiais e serviços	33.083	2.363	240.387	164.282
Total	**39.763**	**10.768**	**322.401**	**248.624**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	46.332	37.924
Materiais e serviços	-	1.017	378	10.050
Total	**-**	**1.017**	**46.699**	**47.974**

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
CDI	409.247	-	-	57.784	-	-	467.031
Gastos com captação	(1.079)	-	-	617	-	-	(463)
Total ao custo	**408.168**	**-**	**-**	**57.167**	**-**	**-**	**466.568**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	423.581	-	(417.617)	3.368	(4.925)	(4.408)	-
Marcação a mercado	(16.205)	-	-	16.205	-	-	-
Total ao valor justo	**407.376**	**-**	**(417.617)**	**19.573**	**(4.925)**	**(4.408)**	**-**
Total	**815.544**	**-**	**(417.617)**	**77.974**	**(4.925)**	**(4.408)**	**466.569**
Circulante	**437.003**						**466.569**
Não Circulante	**378.541**						**-**

	Controladora						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2022**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
CDI	-	379.620	-	29.627	-	-	409.247
Gastos com captação	-	(1.439)	-	360	-	-	(1.079)
Total ao custo	**-**	**378.181**	**-**	**29.267**	**-**	**-**	**408.168**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	453.044	-	-	4.300	-	(4.382)	423.581
Marcação a mercado	(16.938)	-	-	733	-	-	(16.205)
Total ao valor justo	**436.106**	**-**					**407.376**
Total	**436.106**	**378.181**	**-**	**35.020**	**-**	**(4.382)**	**815.544**
Circulante	**1.121**						**437.003**
Não Circulante	**434.984**						**378.541**

Notas Explicativas

	Consolidado						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré fixado	1.299	-	(1.296)	10	-	(11)	-
TJLP	379.363	-	(48.416)	31.560	-	(27.855)	334.652
IPCA	276.058	80.000	(9.679)	16.980	-	(15.141)	348.217
CDI	464.451	-	(52.800)	59.054	-	(3.675)	467.031
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(4.889)	-	-	1.010	-	-	(3.879)
Total ao custo	**1.129.534**	**80.000**	**(125.112)**	**106.803**	**-**	**(47.223)**	**1.146.022**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	880.085	-	(466.178)	13.076	(34.295)	(14.680)	378.008
Marcação a mercado	(34.938)	-	-	31.609	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	**845.147**	**-**	**(466.178)**	**44.685**	**(34.295)**	**(14.680)**	**374.679**
Total	**1.974.681**	**80.000**	**(591.290)**	**153.507**	**(34.295)**	**(61.903)**	**1.520.701**
Circulante	**626.184**						**863.141**
Não Circulante	**1.348.497**						**657.560**

Notas Explicativas

	Consolidado						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2022**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré fixado	3.894	-	(2.592)	79	-	(81)	1.299
TJLP	424.707	-	(47.919)	33.675	-	(31.100)	379.363
IPCA	205.676	81.774	(900)	13.055	-	(23.547)	276.058
CDI	97.431	379.620	(42.400)	37.028	-	(7.229)	464.451
IGP-M	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
	(4.347)	(1.954)	-	1.412	-	-	(4.889)
Total ao custo	**756.566**	**459.440**	**(111.578)**	**86.281**	**-**	**(64.000)**	**1.129.534**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	610.613	294.000	-	13.614	(26.751)	(11.391)	880.085
Marcação a mercado	(20.162)	-	-	(14.776)	-	-	(34.938)
Total ao valor justo	**590.451**	**294.000**	**-**	**(1.162)**	**(26.751)**	**(11.391)**	**845.147**
Total	**1.347.016**	**753.440**	**(111.578)**	**87.943**	**(26.751)**	**(75.391)**	**1.974.681**
Circulante	**127.406**						**626.184**
Não Circulante	**1.219.611**						**1.348.497**

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda nacional					
Pré fixado					
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	-	1.298	2019 a 2023	i) alienação fiduciária de equipamentos; ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	334.652	379.364	2020 a 2039	i) Penhor e alienação fiduciária de equipamentos; ii) penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) penhor de ações; v) penhor de direitos emergentes das autorizações pela ANEEL; vi) penhor de ações das beneficiárias; vii) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; viii) fiança bancária.
IPCA					
BNB	IPCA + 1,06% a 2,08%	204.387	215.796	2022 a 2044	i) Fiança bancária
FINEM	IPCA + 4,182273%	143.830	60.265	2022 a 2036	i) Alienação fiduciária de bens; ii) alienação fiduciária de recebíveis; iii) penhor de ações; iv) penhor de Direitos Emergentes autorizados pela ANEEL; v) pehor de recebíveis/ direitos creditórios de contratos operacionais; vi) garantia corporativa da Controladora; vii) garantia bancária; viii) conta reserva.
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	467.031	464.451	2019 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e fiança da CPFL Renováveis.
IGP-M					
Empréstimos bancários	IGP-M + 8,63%	-	13.250	2023	i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; ii) penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação.
Gastos com captação (*)		(3.879)	(4.888)		
Total moeda nacional		**1.146.021**	**1.129.535**		

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao valor justo – Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários	US$ + de 2,07% a 3,29%	378.008	880.085	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
Marcação a mercado		(3.329)	(34.938)		
Total moeda estrangeira		**374.679**	**845.147**		
Total		**1.520.700**	**1.974.681**		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33. A taxa efetiva de empréstimos mensurados ao custo varia em torno de 108,7% do CDI.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 31.609 (ganho de R$ 14.776 em 31 de dezembro de 2022), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 35.554 (perda de R$ 34.933 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda total líquida não realizada de R$ 3.945 (perda 20.157 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	113.038
2027	69.548
2028	69.723
2029	70.001
2030 a 2034	158.578
2035 a 2039	125.217
2040 a 2044	51.478
2045 a 2049	1.493
	659.076
Marcação a mercado	(1.517)
Total	**657.560**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
Indexador	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
IGP-M	(3,18)	5,45	-	0,67
IPCA	4,62	5,79	22,84	13,98
TJLP	6,53	6,78	21,95	19,21
CDI	11,65	13,65	30,63	23,52
Outros			24,58	42,62
			100,00	**100,00**

Principais adições no exercício

No exercício de 2023, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

	Montante em R$ mil						
	Total aprovado	**Liberado em 2023**	**Pagamento de juros**	**Amortização de principal**	**Destinação de recurso**	**Encargo financeiro anual e taxa efetiva**	**Taxa efetiva com derivativo**
CPFL Renováveis	221.936	80.000	Trimestral	Mensal após julho de 2024	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Total	**221.936**	**80.000**					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo – pós fixado					
IPCA	275.720	(271.242)	14.516	(18.994)	-
Gastos com captação	(86)	-	86	-	-
Total ao custo	**275.634**	**(271.242)**	**14.602**	**(18.994)**	**-**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
IPCA	496.665	-	53.185	(30.222)	519.628
Marcação ao mercado	(49.408)	-	53.791	-	4.383
Total ao valor justo	**447.257**	**-**	**106.976**	**(30.222)**	**524.011**
Total	**722.891**	**(271.242)**	**121.577**	**(49.216)**	**524.011**
Circulante	**279.311**				**3.607**
Não Circulante	**443.580**				**520.404**

Notas Explicativas

	Controladora					
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2022**
Mensurados ao custo – pós fixado						
IPCA	548.315	-	(271.242)	46.559	(47.912)	275.720
Gastos com captação	(291)	-	-	205	-	(86)
Total ao custo	**548.024**	**-**	**(271.242)**	**46.764**	**(47.912)**	**275.634**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado						
IPCA	-	489.000	-	21.157	(13.492)	496.665
Marcação ao mercado	-	-	-	(49.408)	-	(49.408)
Total ao valor justo	**-**	**489.000**	**-**	**(28.251)**	**(13.492)**	**447.257**
Total	**548.024**	**489.000**	**(271.242)**	**18.513**	**(61.404)**	**722.891**
Circulante	**276.868**					**279.311**
Não Circulante	**271.156**					**443.580**

	Consolidado					
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensurados ao custo – pós fixado						
CDI	440.312	190.000	(435.568)	22.539	(26.457)	190.825
Gastos com captação	(123)	-	-	123	-	-
Total ao custo	**440.189**	**190.000**	**(435.568)**	**22.662**	**(26.457)**	**190.825**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado						
IPCA	496.665	-	-	53.185	(30.222)	519.628
Marcação ao mercado	(49.408)	-	-	53.791	-	4.383
Total ao valor justo	**447.257**	**-**	**-**	**106.976**	**(30.222)**	**524.011**
Total	**887.446**	**190.000**	**(435.568)**	**129.638**	**(56.679)**	**714.836**
Circulante	**446.866**					**4.433**
Não Circulante	**443.580**					**710.404**

	Consolidado					
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2022**
Mensurados ao custo – pós fixado						
CDI	1.502.159	-	(1.050.915)	125.910	(136.844)	440.312
IPCA	323.455	-	(333.995)	28.576	(18.035)	-
Gastos com captação	(3.075)	-	-	2.952	-	(123)
Total ao custo	**1.822.539**	**-**	**(1.384.910)**	**157.438**	**(154.879)**	**440.189**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado						
IPCA	-	489.000	-	21.157	(13.492)	496.665
Marcação ao mercado	-	-	-	(49.408)	-	(49.408)
Total ao valor justo	**-**	**489.000**	**-**	**(28.251)**	**(13.492)**	**447.257**
Total	**1.822.539**	**489.000**	**-**	**129.187**	**(168.371)**	**887.446**
Circulante	**1.193.869**					**446.866**
Não Circulante	**628.670**					**443.580**

Notas Explicativas

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
Modalidade	**Encargos financeiros anuais**	**2023**	**2022**	**Faixa de vencimento**	**Garantia**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
CDI (a)	De 103,6% a 109,75% do CDI	-	275.720	2018 a 2025	Fiança CPFL Energia
	CDI + 075% a 0,83% De 104,75% a 110% do CDI	190.825	164.592	2020 a 2023	Não existem garantias
Custos de captação (*)		-	(123)		
Total mensuradas ao custo		**190.825**	**440.189**		
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,02%	519.628	496.665	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		4.383	(49.408)		
Total mensuradas ao valor justo		**524.011**	**447.257**		
Total		**714.836**	**887.447**		

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2023 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$ 53.791 (ganho de R$ 49.408 em 31 de dezembro de 2022), que deduzidos dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 35.554 (perda de R$ 22.695 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 33), geraram uma perda total líquida não realizada de R$ 18.237 (ganho de R$ 26.713 em 31 de dezembro de 2022).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	**Consolidado**
2029 a 2034	706.021
	706.021
Marcação a mercado	4.383
Total	**710.404**

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores:

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

(ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	137.927	150.383
Valor justo dos ativos do plano	(115.613)	(119.200)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**22.314**	**31.183**
Efeito da conversão para a dívida financeira	-	2.686
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**22.314**	**33.869**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Notas Explicativas

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	**173.628**
Custo do serviço corrente bruto	34
Juros sobre obrigação atuarial	14.931
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.951)
Benefícios pagos no ano	(16.830)
Perda (ganho) decorrente de liquidação antecipada do plano	(10.144)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	**149.677**
Custo do serviço corrente bruto	19
Juros sobre obrigação atuarial	14.898
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Benefícios pagos no ano	(15.539)
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	-
Perda (ganho) decorrente de liquidação antecipada do plano	(8.964)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**137.221**

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	**(125.974)**
Rendimento esperado no exercício	(11.515)
Contribuições de patrocinadoras	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Benefícios pagos no exercício	16.830
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.180
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**(119.199)**
Rendimento esperado no exercício	(12.213)
Contribuições de patrocinadoras	(7.696)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Benefícios pagos no exercício	15.539
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.698
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(115.613)**

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	**47.682**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.878
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.979)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira	(2.686)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**31.184**
Conversão para dívida financeira	2.686
Outras contribuições	125
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**33.995**

Circulante	**9.191**
Não circulante	**24.804**

Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**31.184**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.438
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(7.696)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira	-
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**22.314**
Conversão para dívida financeira	4.802
Outras contribuições	154
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**27.270**
Circulante	**8.503**
Não circulante	**18.767**

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R$ 7.388.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R$ mil
2024	12.637
2025	12.860
2026	13.070
2027	13.263
2028 a 2033	82.431
Total	**134.261**

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,5 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2024 e as despesas e ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022, são como segue:

	2024 estimadas
Custo do serviço	11
Juros sobre obrigações atuariais	12.801
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.993)
Total da despesa (receita)	**1.819**

	2023 realizadas
Custo do serviço	19
Efeito da conversão voluntária de renda*	(266)
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa (receita)	**2.438**

	2022 realizadas
Custo do serviço	34
Efeito da conversão voluntária de renda*	722
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	**4.878**

* No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2023, R$ 12.213 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2023 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2024.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,45% a.a. (*)	5,48% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3.85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer Disab. (-50)	Light fraca (-50)
Taxa de rotatividade esperada	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres.	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres.

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2024, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2023.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Vivest	
	2023	2022
Renda fixa	**85%**	**75%**
Títulos públicos federais	35%	37%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Outros investimentos de renda fixa	49%	36%
Renda variável	**8%**	**17%**
Fundos de investimento em ações	8%	17%
Investimentos estruturados	**2%**	**3%**
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado fixo	**95%**	**95%**
Imóveis	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**1%**	**1%**
Outros ativos	**3%**	**3%**
Depósitos judiciais e outros	3%	3%
Não cotados em mercado ativo	**5%**	**5%**

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2024
Renda fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
Total da despesa (receita)	**100,00%**

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2023 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

Notas Explicativas

	Aumento (redução)	CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p.	3.014
	+ 0,25 p.p.	(2.900)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano	(3.254)
	- 1 ano	3.213

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.
** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.
*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

As fundações utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“Stress Test”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Notas Explicativas

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	324.204	272.373
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	108.623	90.419
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**432.826**	**362.792**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	-	-	6.888	8.306
Programa de integração social (PIS)	62	369	6.507	6.996
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	295	1.719	30.155	32.433
Imposto de renda retido na fonte sobre juros capital próprio	3.750	-	3.750	-
Outros	321	347	13.962	14.731
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**4.428**	**2.436**	**61.262**	**62.466**
Total circulante	**4.428**	**2.436**	**494.088**	**425.258**
Não Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	4.824	4.456
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	892	876
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**5.757**	**5.332**
ICMS a pagar	-	-	949	911
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**-**	**-**	**949**	**911**
Total não circulante	**-**	**-**	**6.706**	**6.243**

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES

	Consolidado	
	2023	2022
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (20.1)	308.870	332.205
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos (20.2)	170.761	144.300
Total	**479.631**	**476.505**
Circulante	**6.106**	**5.687**
Não Circulante	**473.525**	**470.818**

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	2023		2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	8.533	1.028	9.460	1.911
Cíveis	107.958	3.758	138.753	4.035
Fiscais	192.379	112.712	183.992	102.770
Outros	-	-	-	20
Total	**308.870**	**117.498**	**332.205**	**108.736**

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	9.460	939	(1.649)	(778)	571	8.533
Cíveis	138.753	68.543	(50.860)	(52.801)	4.322	107.958
Fiscais	183.992	2.779	(1.287)	(2.373)	9.268	192.379
Total	**332.205**	**72.261**	**(53.796)**	**(55.951)**	**14.161**	**308.870**

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	9.423	668	(597)	(603)	569	-	9.460
Cíveis	118.885	279	(2.559)	(1.314)	22.980	482	138.753
Fiscais	2.137	6.276	(2.119)	(2.407)	1.820	178.285	183.992
Total	**130.445**	**7.223**	**(5.276)**	**(4.324)**	**25.369**	**178.767**	**332.205**

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

b. **Cíveis -** Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

c. **Fiscais -** Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	11.023	4.667
Cíveis	462.745	468.294
Fiscais	1.165.958	1.817.811
Fiscais – Outros	1.457.143	1.338.931
Regulatório	8.462	12.977
Total	**3.105.331**	**3.642.680**

Notas Explicativas

Cíveis

Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem para declarar a inadimplência com relação as obrigações contratuais decorrentes do contrato de constituição de consórcio, com pedido de indenização em razão das perdas relacionadas, além de condenação ao pagamento de honorários, despesas com árbitros e custas da arbitragem.

Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de sentença arbitral desfavorável as controladas e, em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral, com o objetivo de contestar o valor final arbitrado de R$ 450 milhões. Em junho de 2023, as controladas efetuaram o pagamento de R$ 53 milhões, sem impacto na demonstração de resultado, pois o respectivo passivo já estava registrado.

O valor remanescente permanece em discussão na ação anulatória de sentença arbitral, na qual as controladas obtiveram decisão liminar suspendendo os efeitos da sentença arbitral, avaliado pelos assessores legais do Grupo como risco de perda possível.

A administração tomou conhecimento em novembro de 2023 acerca da decisão de primeira instância favorável às controladas, visto que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, confirmando a liminar que suspendeu os efeitos da referida sentença arbitral.

A Administração permanece acompanhando o desfecho deste processo judicial, uma vez que desta decisão de primeira instância cabe recurso.

Fiscais

(i) Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R$ 548.940 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

(ii) Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R$ 196.263 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível.

(iii) Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R$ 446.862 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis, os processos migraram para a CPFL Renováveis.

Fiscais outros

Refere-se, principalmente, a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R$ 430.302, na qual, a companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei n.º 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis n.º 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa º 468/2004. A partir de setembro de 2020,

em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização e 9,32% (10,07% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	**Pagamentos**	**Efeitos da revisão da taxa de juros**	**Ajuste a valor presente**	**Saldo em 31/12/2023**
Desmobilização de ativos	126.225	-	16.610	12.558	**155.393**
Custos socioambientais	18.075	(1.128)	(1.424)	87	**15.368**
Total	**144.300**	**(1.128)**	**15.186**	**12.645**	**170.761**
Circulante	**5.687**				**6.106**
Não Circulante	**138.613**				**164.655**

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	**Pagamentos**	**Efeitos da revisão da taxa de juros**	**Ajuste a valor presente**	**Saldo em 31/12/2022**
Desmobilização de ativos	137.187	-	(22.695)	11.733	126.225
Custos socioambientais	17.671	(1.135)	49	1.490	18.075
Total	**154.858**	**(1.135)**	**(22.646)**	**13.223**	**144.300**
Circulante	**2.046**				**5.687**
Não Circulante	**152.812**				**138.613**

(21) USO DO BEM PÚBLICO

	Consolidado			
Empresa	**2023**	**2022**	**Parcelas restantes**	**Taxa de juros**
Ceran	153.105	162.784	190	IGP-M + 9,6% a.a.
Enercan	42..370	45.901	180	IGP-M + 9,6% a.a.
Total	**195.475**	**208.685**		
Circulante	**24.124**	**23.884**		
Não Circulante	**171.351**	**184.802**		

Os valores referentes ao Uso do Bem Público (UBP), referem-se ao registro da obrigação dos contratos de concessão da Ceran e Enercan.

As obrigações são amortizadas linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039 para a Ceran e janeiro de 2039 para a Enercan.

O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos.

Adicionalmente, os valores de amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica nas respectivas controladas.

(22) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Eólicas	373	643.815
Pequenas Centrais Hidrelétricas	673.876	91.659
Biomassa	120.744	12.659
Outros	3.897	2.061
Total	**798.890**	**750.194**
Circulante	**655.557**	**633.482**
Não Circulante	**143.333**	**116.711**

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	2023	**2022**
Consumidores e concessionárias	8.478	3.705
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	22.475	23.694
EPE / FNDCT (*)	1.312	1.343
Folha de pagamento	3.935	3.193
Participação nos lucros	21.178	17.961
Passivo de arrendamento	76.877	70.608
Taxas regulamentares	69.205	27.106
Outros	65.958	76.149
Total	**269.417**	**223.760**
Circulante	**166.700**	**124.640**
Não Circulante	**102.717**	**99.120**

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente ao seguinte: i) em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

Passivo de arrendamento: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo passivo de arrendamento no Consolidado é de R$ 76.877 (R$ 70.608 em 2022). A taxa anual média ponderada de empréstimos aplicada em 2023 no Consolidado foi de 14,6% (14,6% em 2022), com vencimento médio ponderado de 90 meses.

Taxas regulamentares: representam encargos sobre a receita, cujos custos gerenciáveis suportados pelas concessionárias, instituídos legalmente, cujo repasse aos clientes é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 225.137.769 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.322.783 (R$ 2.022.783 em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, a Companhia realizou a redução de capital social de R$ 700.000, o saldo é representado por 225.137.769.366 (225.137.769.366 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

24.2 Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 106.096, que compreende: i) R$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R$ 72.979, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R$ 1.378 referente ao pagamento de minoritários

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

24.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.654.163 (R$ 1.805.131 em 2022), que compreende: i) Reserva Legal de R$ 337.143 (R$ 337.143 em 2022); ii) Reserva de lucros a realizar de R$ 455.464 (R$ 663.116 em 2022) e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro de R$ 861.556 (R$ 804.872 em 2022).

24.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

(i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("*deemed cost*") à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 121.227 (R$ 134.759 em 2022);

(ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R$ 23.010 (R$ 24.223 em 2022), líquido de imposto de renda e contribuição social, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2)

24.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de fevereiro de 2024 foi aprovada a declaração de dividendo adicional proposto de R$ 1.170.400 referente ao exercício de 2023.

A Companhia está propondo para o exercício de 2024, o montante de R$ 271.590 de dividendo mínimo obrigatório e R$ 1.039.268 de dividendo adicional proposto.

Em 2023, a Companhia efetuou o pagamento R$ 375.207 de dividendos.

24.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	1.171.358
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	221.185
Lucro base para destinação	**1.392.543**
Juros sobre o capital próprio	(25.000)
Reserva de lucros a realizar	(56.685)
Dividendos mínimos obrigatórios	(271.590)
Dividendos adicionais propostos	(1.039.268)

(25) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado por ação em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi baseado no lucro líquido dos períodos atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.171.358	2.042.978
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	225.137.769.366	225.137.769.366
Lucro por ação	**0,005**	**0,009**

Notas Explicativas

(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Receita de operações com energia elétrica	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Classe de consumidores				
Comercial	-	-	-	1.302
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	1.302
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	901.383	917.507
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	336.910	248.313	4.475.003	3.534.841
Energia elétrica de curto prazo	302	-	77.810	42.725
Suprimento de energia elétrica	**337.312**	**248.313**	**5.454.197**	**4.495.073**
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	36.971	394.299
Outras receitas e rendas	(6.716)	37.233	123.254	241.054
Outras receitas operacionais	**(6.716)**	**37.233**	**160.225**	**635.353**
Total da receita operacional bruta	**330.497**	**285.546**	**5.614.423**	**5.131.727**
Deduções da receita operacional				
ICMS	-	-	(728)	(1.576)
PIS	(5.450)	(4.712)	(70.919)	(59.552)
COFINS	(25.104)	(21.702)	(326.643)	(274.386)
ISS	(560)	(546)	(569)	(718)
Reserva global de reversão (RGR)	-	-	(49)	(408)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(12.393)	(4.902)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(39.756)	(15.237)
Outros	-	-	(13.727)	(9.500)
	(31.114)	**(26.959)**	**(464.785)**	**(366.280)**
Receita operacional líquida	**299.382**	**258.587**	**5.149.638**	**4.765.448**

	Controladora		Consolidado	
Receita de operações com energia elétrica (em GWh)	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Comercial	-	-	-	3
Fornecimento de energia	**-**	**-**	**-**	**3**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	2.731	2.394
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	977	552	11.199	11.273
Energia elétrica de curto prazo	4	-	906	1.627
Suprimento de energia elétrica	**981**	**552**	**14.836**	**15.294**

Notas Explicativas

(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Energia comprada para revenda				
Energia de curto prazo	1.923	1.474	89.510	65.169
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	56.486	79.531	212.436	310.253
Crédito de PIS e COFINS	(5.399)	(7.493)	(13.337)	(23.728)
	53.010	**73.512**	**288.610**	**351.694**
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	212.824	134.494
Encargos de conexão	-	-	17.150	14.179
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	43.523	40.188
Encargos de serviço do sistema – ESS	-	-	9	131
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	79	47
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(14.441)	(7.713)
	-	**-**	**259.144**	**181.326**
Total dos custos com energia elétrica	**53.010**	**73.512**	**547.754**	**533.020**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Energia de curto prazo	31	25	1.103	1.805
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	977	552	3.088	4.251
Total dos custos com energia elétrica	**1.009**	**557**	**4.191**	**6.056**

Notas Explicativas

(28) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora								
				Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Vendas	Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	9.725	10.588	3	8.654	5.798	-	-	18.382	16.386
Material	-	2	-	278	270	-	-	278	272
Serviços de terceiros	252	793	-	6.104	5.793	-	-	6.356	6.586
Outros	610	783	5	1.084	149	27.978	(669.983)	29.678	(669.051)
Arrendamentos e aluguéis	588	637	-	598	523	-		1.186	1.160
Publicidade e propaganda	-	-	-	41	46	-		41	46
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	62	38	-		62	38
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	(947)	-		-	(947)
Ajuste a Valor Justo em Investimentos	-	-	-	-	-	-	(670.016)	-	(670.016)
Outros	22	146	5	384	489	27.978	33	28.389	668
Total	**10.587**	**12.166**	**8**	**16.121**	**12.010**	**27.978**	**(669.983)**	**54.694**	**(645.807)**

	Consolidado										
						Despesas Operacionais				Total	
	Custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas	Gerais e administrativas		Outros			
	2023	2022	2023	2022	2023	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	90.410	76.998	-	-	45	81.255	94.502	-	-	171.710	171.500
Entidade de previdência privada	2.438	4.092	-	-	-	-	-	-	-	2.438	4.092
Material	41.608	26.528	-	-	-	6.245	5.628	-	-	47.853	32.156
Serviços de terceiros	160.410	166.167	-	-	-	136.137	74.478	-	-	296.547	240.645
Custos com construção da infraestrutura	-	-	69.704	384.544	-	-	-	-	-	69.704	384.544
Provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	334.193	-	334.193	-
Outros	75.950	72.067	-	-	8	61.614	24.257	(283)	(651.262)	137.289	(554.938)
Arrendamentos e aluguéis	30.270	25.579	-	-	-	1.685	8.827	-	-	31.955	34.406
Publicidade e propaganda	2	2	-	-	-	3.111	2.672	-	-	3.113	2.674
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	50.347	2.430	-	-	50.347	2.430
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	(1.405)	-	-	-	(1.405)
Ajuste a Valor Justo em Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(942)	(652.114)	(942)	(652.114)
Amortização de prêmio pago (GSF)	21.480	20.303	-	-	-	-	-	-	-	21.480	20.303
Outros	24.198	26.183	-	-	8	6.472	11.734	659	852	31.337	38.769
Total	**370.815**	**345.851**	**69.704**	**384.544**	**54**	**285.252**	**198.865**	**333.910**	**(651.262)**	**1.059.735**	**277.998**

Notas Explicativas

(29) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	32.560	19.512	197.668	150.953
Atualizações monetárias, juros e multas	2.670	6.543	5.103	5.606
Atualização de depósitos judiciais	-	-	8.657	2.667
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(1.680)	(1.232)	(5.267)	(4.069)
Receita decorrente de liquidações CCEE	2	541	-	2.711
Outros	893	375	15.406	14.423
	34.445	**25.739**	**221.566**	**172.290**
Despesas				
Encargos de dívidas	(107.593)	(113.267)	(172.431)	(275.366)
Atualizações monetárias e cambiais	(75.329)	(51.998)	(123.943)	(136.515)
Uso do Bem Público – UBP	-	-	(10.852)	(23.115)
Juros sobre contratos de mútuo	-	-	(354.625)	(287.800)
Outros	(6.556)	(165)	(128.422)	(72.937)
	(189.478)	**(165.430)**	**(790.273)**	**(795.733)**
Resultado financeiro	**(155.033)**	**(139.691)**	**(568.707)**	**(623.443)**

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

  Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

  Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas em mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

c) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

Notas Explicativas

d) **Mútuos –** (i) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R$ 2.692.138 (R$ 2.355.825 em 2022), refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power - SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à VIVEST, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1), foi de R$ 7.614 (R$ 7.630 em 2022). Este valor é composto por R$ 6.513 (R$ 6.849 em 2022) referente a benefícios de curto prazo e R$ 130 (R$ 88 em 2022) de benefícios pós-emprego e por outros benefícios de longo prazo R$ 971 (R$ 694 em 2022), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Notas Explicativas

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
Empresas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.455	316	640	455	-	-	28.260	6.506
Arendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	7	-	-	3	957	2.012
Adiantamentos de Clientes								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	60.585	58.330	-	-	-	-
Contratos de mútuos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	82	6.106	23.541	-	-	2.284	2.381
Dividendos e juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	375.207	-	-	-	-	-
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.120	1.012	7.674	4.380	-	45.810	30.349	63.477
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	108.299	104.968	266	982	1.295.071	1.278.899	-	36.627

Notas Explicativas

(31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*	2023	2022
Ativo imobilizado	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	4.352.000	3.987.057
Transporte	Transporte nacional	84.422	26.616
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	390.674	390.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	-	178.141
Garantia	Seguro garantia	1.525.067	1.074.947
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	1.200.000	150.000
Total		**7.552.163**	**5.807.435**

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(32) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Notas Explicativas

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:
Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados

Notas Explicativas

em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap, com a respectiva quantificação destes riscos apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 33.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.
As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.
Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market, Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

Notas Explicativas

Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

				Controladora 2023		Consolidado 2023	
	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	105.865	105.865	856.932	856.932
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	-	-	238.746	238.746
Derivativos	33	(a)	Nível 2	59.161	59.161	64.871	64.871
Total				**165.026**	**165.026**	**1.161.237**	**1.161.237**
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	15	(b)	Nível 2	466.569	467.652	1.146.022	1.251.121
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	-	-	374.679	374.679
Debêntures - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	524.011	524.011	714.836	714.836
Derivativos	33	(a)	Nível 2	-	-	19.529	19.529
Total				**990.580**	**991.663**	**2.255.066**	**2.360.165**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo
(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R$ 31.609 em 31 de dezembro de 2023 (ganho de R$ 14.776 em 31 de dezembro de 2022).
(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Categoria/ Mensuração:
(a) Valor justo contra o resultado
(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 32). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado (contábil) Ativo	Passivo	Valor justo líquido	Valor a custo líquido	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	*Nocional*
Empréstimos bancários	6.191	(20.011)	(13.820)	(9.834)	(3.985)	US$ + de 2,07% a 2,57%	CDI + 0,8% a 1,05%	fev/24 a fev/25	374.000
	6.191	**(20.011)**	**(13.820)**	**(9.834)**	**(3.985)**				
Debêntures	59.161	-	59.161	23.607	35.554	IPCA + 6,0265%	CDI + 0,66%	mai/29 A mai/31	489.000
	59.161	**-**	**59.161**	**23.607**	**35.554**				
	65.352	**(20.011)**	**45.341**	**13.773**	**31.569**				
Circulante	**-**	**20.011**							
Não Circulante	**65.352**	**-**							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	**Atualização monetária, cambial e marcação a mercado**	**Liquidação**	**Saldo em 31/12/2023**
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	(5.353)	(155.109)	150.627	(9.834)
Outros (*zero cost collar*)	-	23.607	-	23.067
Marcação a mercado (*)	(57.628)	89.197	-	31.569
Total	**(62.981)**	**(42.305)**	**150.627**	**45.342**

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	**Atualização monetária, cambial e marcação a mercado**	**Liquidação**	**Saldo em 31/12/2022**
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	39.664	(133.308)	88.290	(5.353)
Outros (*zero cost collar*)	356	(517)	161	-
Marcação a mercado (*)	(14.321)	(43.307)	-	(57.628)
Total	**25.699**	**(177.132)**	**88.451**	**(62.281)**

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R$ 89.197 (perda de R$ 43.307 em 31 de dezembro de 2022), para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R$ 23.607 (perda de R$ 517 em 31 de dezembro de 2022) para outros derivativos (*zero cost collar* e termo de mercadoria).

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (perda) no resultado	
Risco protegido - operação	**2023**	**2022**
Variação de taxas de juros	(12.118)	(18.239)
Variação cambial	89.197	(43.407)
Marcação a mercado	(119.384)	(115.585)
Total	**(42.305)**	**(177.131)**

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

			Consolidado		
			Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Depreciação cambial (b)**	**Apreciação cambial de 25% (c)**	**Apreciação cambial de 50% (c)**
Instrumentos financeiros passivos	(374.679)		(15.587)	89.773	179.546
Derivativos – *swap plain vanilla*	375.526		15.622	(89.976)	(179.952)
Total	**847**	**Baixa dólar**	**35**	**(203)**	**(406)**
Efeitos no resultado do exercício	**847**		**35**	**(203)**	**(406)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 4,84 para o dólar.

Notas Explicativas

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R$ 5,04, R$ 5,66 e R$ 0,04 e a depreciação cambial de 25% a 50%, referente ao dólar em 31 de dezembro de 2023.
(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado						
					Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa no exercício**	**Taxa cenário provável (a)**	**Cenário provável**	**Elevação/ Redução de índice em 25% (b)**	**Elevação/ Redução de índice em 50% (b)**
Instrumentos financeiros ativos	1.111.824				112.405	140.507	168.608
Instrumentos financeiros passivos	(3.349.994)				(338.684)	(423.356)	(508.027)
Derivativos – *swap plain vanilla*	(901.049)				(91.096)	(113.970)	(136.644)
	(3.139.219)	alta CDI	11,65%	10,11%	**(317.375)**	**(396.719)**	**(476.063)**
Instrumentos financeiros passivos	(195.475)				(10.595)	(13.243)	(15.892)
	(195.475)	alta IGPM	-3,18%	5,42%	**(10.595)**	**(13.243)**	**(15.892)**
Instrumentos financeiros passivos	**(334.652)**				(21.853)	(27.316)	(32.779)
	(334.652)	alta TJLP	6,84%	6,53%	**(21.853)**	**(27.316)**	**(32.779)**
Instrumentos financeiros passivos	**(872.229)**				(30.441)	(38.051)	(45.661)
Derivativos – *swap plain vanilla*	**570.865**				19.923	24.904	29.885
	(301.364)	alta IPCA	4,62%	3,49%	**(10.518)**	**(13.147)**	**(15.776)**
Total	**(3.970.710)**				**(360.341)**	**(450.425)**	**(540.510)**
Efeitos no resultado do exercício					**(360.341)**	**(450.425)**	**(540.510)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 33). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

		Consolidado						
31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	171.070	151.331	-	46.699	-	-	369.100
Empréstimos e financiamentos – principal encargos	16	7.153	161.406	694.582	113.038	139.271	406.767	1.520.701
Derivativos	33	-	-	19.520	-	-	-	19.520
Debêntures – principal e encargos	17	-	-	4.433	-	-	710.404	714.836
Taxas regulamentares	23	69.205	-	-	-	-	-	69.205
Outros	23	6.441	3.349	-	-	-	-	9.790
Consumidores e concessionárias		5.129	3.349	-	-	-	-	8.478
EPE / FNDCT		1.312	-	-	-	-	-	1.312
Total		**253.869**	**316.086**	**718.535**	**159.737**	**139.271**	**1.117.171**	**2.703.152**

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais (Controladas)	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 Anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão		270.550	600.022	675.387	6.717.386	8.263.345
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico		53.611	108.956	67.439	186.785	416.791
Projetos de construção de usina		166.494	28.769	20.564	61.692	277.519
Fornecedores de materiais e serviços		128.337	243.583	226.753	289.907	888.580
Total		**618.992**	**981.330**	**990.143**	**7.255.770**	**9.846.235**

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão		93.259	144.653	155.294	-	393.206
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico		69.597	139.384	101.627	272.397	583.005
Projetos de construção de usina		8.979	6.401	297	-	15.677
Fornecedores de materiais e serviços		13.002	-	-	-	13.002
Total		**184.837**	**290.438**	**257.218**	**272.397**	**1.004.890**

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PEREIRA
Conselheiro

Luis Emerson Kamada
Conselheiro

FUTAO HUANG
Conselheiro

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JÚNIOR
Diretor de Operações

BRUNO MONTE
Diretor de Engenharia

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R$ 9.548.803 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a administração avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido impairment. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.
A Administração efetuou, em 2023, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indicadores de perdas por impairment para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de income approach. Foram identificadas perdas por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na ordem de R$ 334.193 mil.
Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.
Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de impairment, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.
Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.
Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas

utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes comas informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2023;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2023.

Campinas, 21 de março de 2024.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2023;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2023.

Campinas, 21 de março de 2024.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02